

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Eduardo Tomaz da Silva

**Amazônia e desenvolvimento: Uma análise pós-colonial por trás dos discursos referentes
à internacionalização da Amazônia**

São Paulo

2022

Eduardo Tomaz da Silva

Amazônia e desenvolvimento: Uma análise pós-colonial por trás dos discursos referentes à internacionalização da Amazônia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Janina Onuki

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Seção Técnica de Biblioteca
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Silva, Eduardo Tomaz da

Amazônia e desenvolvimento: uma análise pós-colonial por trás dos discursos referentes à internacionalização da Amazônia / Eduardo Tomaz da Silva ; orientadora: Janina Onuki. – São Paulo, 2022.

74 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

1. Preservação da Amazônia 2. Desenvolvimento sustentável 3. Teoria pós-colonial das relações internacionais 4. Integração regional
5. Internacionalização da Amazônia I. Onuki, Janina, orient. II. Título.

Nome: Da Silva, Eduardo Tomaz

Título: Amazônia e desenvolvimento: Uma análise pós-colonial por trás dos discursos referentes à internacionalização da Amazônia

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Relações
Internacionais do Instituto de Relações
Internacionais da Universidade de São Paulo
como pré-requisito para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

São Paulo

2022

AGRADECIMENTOS

A vida é feita de sonhos, e conquista-los e vê-los se tornando reais é uma das maiores belezas da vida. Dito isso, esse trabalho é o resultado de um sonho que se iniciou ainda no meu ensino médio, período em que almejava me tornar um estudante de relações Internacionais na Universidade de São Paulo. Ao conseguir tal feito, tive 4 anos de uma maravilhosa experiência universitária que infelizmente a maioria das pessoas de onde vivo, na favela da Vila Nova Jaguaré, não tiveram, mesmo morando a uma avenida de distância da USP. Sendo assim, me considero muito privilegiado por ter tido essa oportunidade e luto para que pessoas como eu também tenham.

Dito isso, em primeiro lugar quero agradecer a mim mesmo, pois é partindo de minhas inspirações que conquistei a meu espaço e meus conhecimentos, mesmo diante de todas as adversidades que vivi. Agradeço ao Eduardo do passado por sempre ter tido fé em si mesmo e nunca ter desistido nem nas piores situações.

Além disso, gostaria agradecer a minha família e amigos, por sempre estarem ao meu lado nos momentos bons e ruins, assim como por me apoiarem em todos os meus sonhos e objetivos.

Também relevante agradecer a minha orientadora, Janina Onuki, por toda a ajuda para a realização desse trabalho, assim como também pelos bons momentos em classe. Em adição, agradeço a todo corpo docente do Instituto de relações Internacionais da USP pela minha formação e por prestar a comunidade um ensino de excelentíssima qualidade, que tenho certeza que levarei para toda a vida.

Deixo aqui também meus sinceros agradecimentos à Universidade de São Paulo, lugar que realizei meu sonho de estudar em 2019 e que pude adquirir uma grande diversidade de aprendizados e vivências.

Por fim, não poderia deixar ausente o agradecimento a toda comunidade Iriana e da Ba.Je.Lo por todo o companheirismo durante os anos de graduação. Não tenho dúvidas que o IRI é um instituto diferente de todos os outros na USP, possuindo uma grande diversidade de vozes e pensamentos.

“O morro não tem vez
e o que ele fez já foi demais.
Mas olhem bem vocês
Quando derem vez ao morro,
toda a cidade vai cantar”.

Antonio Carlos Jobim. Elis Regina e Jair Rodrigues.

“É foda, 'tá ligado?
Quando nós começou, ninguém ligava pra nós
Ninguém dava moral pra nós (raridade)
Mas isso só alimentou minha coragem, minha vontade de
vencer
E olha aonde nós chegou, ahn?
Fé

Olha aí a favela no auge
Te falei que esse sufoco um dia acabaria
Nós driblou toda essa falta de oportunidade
Conseguimo e 'to vivendo da minha correria, quem diria?”

Mc Cabelinho

Entre becos e vielas, Rainha da Favela.

Ludmilla

Vocês pensaram mesmo que eu não ia rebolar a minha bunda hoje, né?

Anitta

RESUMO

Silva, Eduardo Tomaz. (2022). Amazônia e desenvolvimento: Uma análise pós-colonial por trás dos discursos referentes à internacionalização da Amazônia. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais. (Orientadora: Profa. Dra. Janina Onuki).

A propósito da importância da preservação da floresta amazônica e das frequentes notícias envolvendo a gestão de seu território, o presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar as ideias por trás dos argumentos usados por atores internacionais e brasileiros em relação a internacionalização da Amazônia e interpreta-los com base na teoria pós-colonial das relações internacionais e pelas teorias da análise do discurso. Especificamente, investiga-se a hipótese de que, a partir da experiência da internacionalização, a visão que os atores brasileiros tem da Amazônia é diferente da visão dos atores ocidentais, tendo em vista que os atores estudados possuem experiências diferentes e não compartilham do mesmo contexto histórico-social. Para tanto, a pesquisa se desenvolveu em três linhas de investigação: a primeira, a análise de fontes primárias e secundárias, com o intuito de elaborar uma revisão de literatura referente a análise do discurso, à teoria pós colonial das Relações Internacionais e a história e desdobramentos da internacionalização da Amazônia; A segunda, a reunião dos argumentos favoráveis à internacionalização da Amazônia de três categorias de atores, dentre eles Chefes de Estado e de Governo, parlamentares e outros membros do Governo, e por fim militares, revelados por meio da análise de documentos, tratados, artigos ou entrevistas; e terceiro na elaboração de uma interpretação coerente que compare tais discursos com as teorias aqui apresentadas. A partir do estudo realizado, foi possível entender que, mesmo em perspectivas diferentes, tanto a visão ocidental como a brasileira veem o espaço amazônico como um território a ser vazio e primitivo, assim como uma região a ser civilizado e contribuir com o desenvolvimento do planeta, seja ambiental ou economicamente, da mesma forma que, desde sempre, um espaço sem identidade própria sobre o qual, portanto, determinam-se objetivos e direcionamentos. No fim, conclui-se que a herança colonial e a colonialidade continuam a exercer grande influência tanto no pensamento ocidental quanto o brasileiro até os dias de hoje.

Palavras-chave: Preservação da Amazônia. desenvolvimento sustentável. teoria pós-colonial das relações internacionais. Integração Regional. internacionalização da Amazônia.

ABSTRACT

Silva, Eduardo Tomaz. (2022). Amazon and development: A postcolonial analysis behind the discourses concerning the internationalization of the Amazon Rainforest. Completion of course monograph to be presented to obtain a Bachelor's degree in International Relations from the Institute of International Relations of the University of São Paulo. (Supervisor: Prof. Dr. Janina Onuki).

Regarding the importance of the preservation of the Amazon rainforest and the frequent news involving the management of its territory, this Undergraduate thesis aims to analyze the ideas behind the arguments used by international and Brazilian actors in relation to the internationalization of the Amazon and interprets them on the basis of post-colonial theory of international relations and theories of discourse analysis. Specifically, we investigate the hypothesis that, based on the experience of internationalization, the view that Brazilian actors have of the Amazon is different from the view of Western ones, given that the actors studied have different experiences and do not share the same historical-social context. To this end, the research was developed in three lines of investigation: the first, the analysis of primary and secondary sources, with the aim of elaborating a literature review regarding discourse analysis, the post-colonial theory of International Relations and the history and developments in the internationalization of the Amazon; The second, the gathering of arguments favorable to the internationalization of the Amazon from three categories of actors, among them Heads of State and Government, parliamentarians and other members of the Government, and finally the members of the armed forces, revealed through the analysis of documents, treaties or interviews; and third, in the elaboration of a coherent interpretation that compares such discourses with the theories presented here. From the study carried out, it was possible to understand that, even from different perspectives, both the Western and Brazilian views see the Amazon space as a territory to be empty and primitive, as well as a region to be civilized and contribute to the development of the planet, either environmentally or economically, in the same way that, since always, a space without its own identity on which, therefore, objectives and directions are determined. In the end, it is concluded that the colonial heritage and coloniality continue to exert a great influence on both Western and Brazilian thought to this day.

Keywords: Preservation of the Amazon. sustainable development. post-colonial theory of international relations. Regional Integration. internationalization of the Amazon.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Tirinha “Pagando o pato”	Página 17
FIGURA 2 – Charge: “A Torta Chinesa	Página 25
FIGURA 3 – Imagem Floresta Amazônica	Página 29
FIGURA 4 – A estrutura da Sequência Argumentativa	Página 42

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Chefes de Estado e Governo a favor da internacionalização.....	Página 39
QUADRO 2 – Chefes de Estado e Governo contra a internacionalização.....	Página 39
QUADRO 3 – Ministros, Parlamentares e outros membros do Governo a favor da internacionalização.....	Página 39
QUADRO 4 – Parlamentares e outros membros do Governo contra a internacionalização.....	Página 40
QUADRO 5 – Forças Armadas e Organizações Internacionais a favor da internacionalização.....	Página 40
QUADRO 6 – Forças Armadas contra a internacionalização	Página 41

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. REVISÃO LITERÁRIA	16
2.1. A análise do discurso em foco: teoria e conceitos	16
2.2. Dando voz do subalterno: a teoria pós-colonial das relações internacionais.....	21
2.3. A internacionalização: Amazônia, entre a modernidade e a barbárie?.....	27
3. METODOLOGIA	37
4. OS DISCURSOS POLÍTICOS A FAVOR DA INTERNACIONALIZAÇÃO.....	42
4.1. Os discursos dos chefes de estado e governo.....	42
4.2. os discursos de ministros, parlamentares e outros membros do governo.....	43
4.3. os discursos das forças armadas e organizações internacionais.....	45
4.4. interpretações a partir da teoria pós colonial das ri e da análise do discurso.....	46
5. OS DISCURSOS POLÍTICOS CONTRARIOS A INTERNACIONALIZAÇÃO....	50
5.1. Os discursos dos chefes de estado e governo.....	50
5.2. os discursos de ministros, parlamentares e outros membros do governo.....	53
5.3. os discursos das forças armadas do brasil.....	57
5.4. interpretações a partir da teoria pós colonial das ri e da análise do discurso.....	58
6. CONCLUSÃO.....	64
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
8. ANEXOS.....	70

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo e é formada por distintos ecossistemas, como florestas densas de terra firme, florestas estacionais, florestas de igapó, campos alagados, várzeas, savanas, refúgios montanhosos e formações pioneiras (IBF, 2021). A floresta cobre aproximadamente 60% de toda América Latina e faz parte dos territórios de 10 países sul-americanos, sendo eles Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Do ponto de vista físico, no Brasil encontra-se a maior parte da Amazônia, que corresponde a mais da metade de seu território nacional (59%), sendo 5.033.072 Km² de extensão dos quais 91% são cobertos pela floresta, abrangendo os estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima (de Andrade Júnior, 2018).

Além de sua grandeza, pode-se mencionar o seu enorme potencial econômico, tendo em vista que a floresta abriga amplas reservas de minérios, dentre os quais os mais abundantes são o cobre, manganês, alumínio, nióbio, ouro e prata, assim como gás natural e petróleo, e muitas reservas em potencial ainda por serem descobertas (VAZ, Alcides Costa). Ainda, se pode citar seu potencial ambiental, uma vez que há muito tempo a floresta Amazônica é reconhecida como um repositório de serviços ecológicos prestados ao planeta, que incluem desde o controle do aquecimento global e das mudanças climáticas até medicamentos ainda não descobertos (WWF, 2022). Dessa forma, tal imensidão acaba por originar o pensamento de que o espaço em questão se trata de uma imensa região de natureza incomparável cuja floresta deve ser preservada a todo custo, visando à sobrevivência da Humanidade. Como resultado, a região se torna alvo de formulações de burocracias especializadas estatais e não estatais, como é o caso da tese de internacionalização da Amazônia (de Meira Mattos, 2016).

Segundo Medeiros, embora essencialmente uma criação brasileira, a internacionalização da Amazônia é uma porta para se descobrir de que modo são instituídos governos para o território da Amazônia. Logo, atores como Organizações Internacionais e Estados nomeiam e estabelecem práticas para o território amazônico, inventando narrativas homogeneizantes, que no caso da Amazônia são elaborações político institucionais envolvidas no espectro da segurança nacional e no espectro das questões ambientais (Medeiros, 2012). Dessa forma, em torno da expressão internacionalização da Amazônia gravita um jogo de interesses, convicções, ativismos, redes e atores políticos que mobilizam recursos para

inscrever nas ordens políticas, jurídicas e ecológicas formas específicas de gestão territorial que, ao seu ver, melhor preserve a floresta (Medeiros, 2012).

Porém, existe uma grande problemática em relação a tais propostas de gestão do território em questão, tendo em vista que nem sempre os atores envolvidos conhecem de fato a realidade e as necessidades dos povos amazônicos e da floresta em si, principalmente quando se pensa no ocidente. Isso acontece pois, mesmo sendo retratada sua importância global, a região Amazônica ainda é vista no cenário internacional como um espaço selvagem e fora do Estado Moderno, que resiste às forças externas de modernização e que o ocidente interpreta como uma alteridade bárbara a ser conquistada e civilizada (Picq, 2016). Tal visão remonta a uma realidade colonialista exploratória já vivenciada na região, e, pela história, é possível observar que tais experiências não trouxeram resultados referentes à preservação.

Pensando-se nisso e atentando-se ao exposto e à bibliografia relevante sobre o tema, esta monografia pretende contribuir com o debate sobre a gestão do território amazônico e a preservação da floresta. Assim, o objetivo analítico desta tese é evidenciar, por meio de cinco sessões, os desdobramentos políticos e sociais da chamada internacionalização da Amazônia, através da análise dos discursos de atores socio-historicamente localizados, com destaque para a forma que tais discursos se moldam, assim como na busca de seus significados e das intenções por trás dos mesmos.

Dessa forma, o primeiro capítulo traça-se uma revisão literária das teorias da análise do discurso, tendo em vista que os discursos e a relação que eles têm entre si também serão analisados por uma perspectiva discursiva. Tal recorte será feito uma vez que a linguagem não é somente um código para troca de informações cujas mensagens são inequívocas. Em realidade, ela excede o estritamente linguístico para intervir como prática social de acordo com as situações socio histórico particulares, podendo então os discursos serem analisados com grande profundidade (Lima, 2018).

No segundo capítulo, são apresentados os conceitos referentes teoria pós-colonial das Relações Internacionais, uma vez que a mesma também será utilizada para interpretação dos discursos. Tal teoria é importante para esta pesquisa ao problematizar a forma de construção do conhecimento em RI, este formado com base no pensamento ocidental e eurocêntrico. Além disso, a teoria também trabalha as consequências humanas e naturais do controle externo e da exploração econômica dos povos nativos e de suas terras, assim como também estuda as

políticas de produção e distribuição do conhecimento, examinando assim as relações funcionais do poder político (de Oliveira, Pedro. 2017).

O terceiro capítulo, por sua vez, é apresentado uma revisão referente à internacionalização da Amazônia e seus desdobramentos, tanto no Brasil quanto no meio internacional. Nesta sessão, será evidenciado de que forma a internacionalização da Amazônia está estreitamente ligada à efetividade e ao alcance do princípio da soberania do Estado, da mesma forma que buscará comparar os pensamentos ocidentais e brasileiros referentes à floresta, demonstrando a relação entre modernidade e barbárie presente no imaginário sobre a Amazônia.

Por fim, a quarta sessão está compreendida a metodologia utilizada para a análise, enquanto o quinto abarca os discursos e suas interpretações. Dessa forma, este trabalho trabalhará discursos de diferentes atores e instituições, que serão divididos em subcapítulos, primeiramente entre as categorias a favor e contra a internacionalização da Amazônia, para após isso serem segmentados de acordo com a função de cada ator. Assim, o primeiro conjunto de material empírico consiste na reunião de discursos de Chefes de Estado e de Governo que são a favor e contra a internacionalização da Amazônia. O segundo conjunto de material empírico, por sua vez, consiste na reunião de discursos de ministros, parlamentares e outros membros do Governo que tiveram considerações acerca do tema. O terceiro conjunto, por sua vez, reúne os discursos de militares e membros das forças armadas dos respectivos países analisados, assim como discursos de organizações internacionais. E por fim, ao final de cada três categorias, está compreendida a análise dos discursos.

A análise da relação interdiscursiva entre os discursos dos atores a favor e contra a internacionalização da Amazônia, o objeto, permitirá conclusões sobre a hipótese desta pesquisa. Especificamente, investiga-se a hipótese de que, a partir da experiência da internacionalização, a visão que os atores brasileiros têm da Amazônia é diferente da visão dos atores ocidentais, tendo em vista que os atores estudados possuem experiências diferentes e não compartilham do mesmo contexto histórico-social. Além disso, a pesquisa pretende contribuir também para o acúmulo de investigações acerca do tema, que ainda é pouco estudado por essa lente.

Os discursos oficiais de tais tomadores de decisão foram coletados em uma grande diversidade de sites de notícias e trabalhos acadêmicos, e foram proferidos em sua maioria em entrevistas, debates presidenciais, reuniões em organizações e conselhos internacionais. É importante notar que os discursos que tratavam exclusivamente da Amazônia mas que não

tenham relação com propostas da internacionalização foram desconsiderados da análise a fim de se manter um conjunto de materiais coerente. Por fim, é importante salientar que essa pesquisa não objetiva evidenciar ou negar um complô internacional para se apropriar dos territórios ou riquezas que a Amazônia possui, mas sim desconstruir uma narrativa que envolve os países do Ocidente e as autoridades brasileiras que pode não ser a melhor solução para o problema da destruição da floresta, pois não levam em consideração as vontades dos povos nativos e sim visões equivocadas sobre povos e regiões baseadas em um discurso colonial histórico.

2. REVISÃO LITERARIA

2.1. A ANÁLISE DO DISCURSO EM FOCO: TEORIA E CONCEITOS

Recentemente, diversas disciplinas das ciências humanas e das ciências sociais têm demonstrado interesse no discurso, tendo isso ocorrido devido ao caráter interdisciplinar dessas ciências entre si e por sua complementaridade com a linguística, o que por sua vez é resultado da importância do discurso em qualquer prática humana (Morin, 2005). Isso é facilmente notado ao perceber que o interesse pelo estudo da linguagem por parte do ser humano existe há séculos, o que pode ser verificado na literatura, no teatro, nas religiões ou mesmo em letras de músicas que tratam do assunto. Entretanto, tal interesse ainda não tinha se firmado como uma forma de ciência, o que foi concretizado com o surgimento da linguística (Cappelle, 2003).

Segundo Orlandi, a linguística originou-se no século XX dos trabalhos de Ferdinand de Saussure, que descreve a língua como um sistema abstrato e um fato social, cujos elementos só adquirem valor à medida que se relacionam com o todo do qual fazem parte (Orlandi, 1994). Além disso, Orlandi menciona que o autor procurou mostrar que há um texto latente sob um outro agindo na mente do leitor, o que acaba por implicar nas interpretações do mesmo (Orlandi, 1994). Essa organização interna da língua, denominada por Saussure de sistema, é posteriormente chamada por seus sucessores de estrutura, o que passa a definir o método que dá à linguística a posição de ciência como Estruturalismo (Mussalim, 2001). Posteriormente, diversos nomes deram importantes contribuições com a área, como é o caso de Pêcheux e Chomsky, com diversos estudos que relacionam o discurso à ideologia e a sociedade e, mesmo que a linguística e a análise do discurso não sejam mais sinônimas, a Linguística contribuiu de forma importante para o desenvolvimento das questões discursivas e certamente ainda as acompanha (Lima, 2018).

Tal separação ocorreu em parte devido ao fato de que os recortes feitos por Saussure e Chomsky deixam de lado a situação real de uso da linguagem para ficar com o que é virtual e abstrato (Cappelle, 2003). Porém, essa tendência, conhecida por “Formalista”, apesar de dominante na linguística, também convive com outras tendências que buscam um meio de sistematizar os usos concretos da linguagem por falantes reais e relaciona-los com a sociedade, como é o caso da análise do discurso. Tal pensamento pode ser esquematizado nos pensamentos de Mainguenu, que menciona que o campo da linguística opõe um núcleo rígido a uma periferia de contornos instáveis, que está em contato direto com a sociologia, psicologia,

história, filosofia e etc. (Mainguenau, 1990). Além disso, o autor conta que o núcleo rígido se ocupa do estudo da língua com relação apenas a um conjunto de regras e propriedades formais, enquanto a região de contornos instáveis se refere a linguagem à medida que a mesma se faz sentido para sujeitos inscritos em posições sociais ou em conjunturas históricas (Mainguenau, 1990). Com isso, Mussalim revela que a análise do discurso pertence a essa última região e então considera esse modo de compreender a linguagem, embora não se exclua o caráter formal da língua, como aponta o próprio Pêcheux, ao afirmar que existe uma base linguística regida por leis internas, com regras fonológicas, morfológicas e sintáticas, sobre a qual se constituem os efeitos de sentido (Mussalim, 2001).

Dessa forma, é justamente a análise do discurso que esta pesquisa busca trabalhar. O termo análise do discurso é muito amplo e possui definições bastante variadas, que vão desde a definição mais genérica de Brown e Yule, que descrevem simplesmente como “*a análise do uso da língua*”, e vai até às concepções mais atuais de Van Dejk, que interpretam como “*o estudo do uso real da linguagem, por locutores reais em situações reais*” (Morin, 2005). Porém, nesse cenário a França é que se destaca por ser o primeiro lugar onde a análise do discurso foi definida como “*um empreendimento ao mesmo tempo teórico e metodológico específico*”, sendo tal pensamento pautado em grande parte no estruturalismo derivado das reflexões de Ferdinand de Saussure já descritas neste trabalho, e que deixou como legado a ideia de que o sujeito não é o responsável pela produção de sentidos, mas que na verdade é o produto deste (Lima, 2018).

Mas antes de falar da teoria propriamente dita, é importante conceituar o discurso em si. Em sua essência, o discurso não é somente um conjunto de frases ou a representação de algo, mas também é uma forma de ação sobre o outro, sendo assim regido por normas, significando um ato que implica em interatividade e que também necessita de um contexto para ser compreendido (Brandão, 2012). Segundo o dicionário Dicio, o discurso é o conjunto de sentenças e enunciados que demonstram o modo comportamental ou as ações particulares de um grupo, ideologia ou assunto (Dicio, 2022). Além disso, é característica do discurso se dar por enunciados concretos, e não apenas idealizados, em que há uma produção de sentido entre interlocutores socio-historicamente situados (Lima, 2018).

Na mesma linha, Foucault tem importantes contribuições para o termo, tendo em vista que o autor propôs que o discurso não é somente um conceito linguístico, uma vez que os textos e as falas em si são apenas a superfície do discurso. Assim, a menor unidade constitutiva do

discurso para o autor é o enunciado, o qual é feito em enunciações historicamente localizadas, com um contexto específico e pertencentes a uma mesma formação discursiva (Mussalim, 2001). A partir disso e como resultado das influências do estruturalismo, foram Pêcheux e Foucault que contribuíram decisivamente para a consolidação da análise do discurso, em uma situação em que foi deixada para trás a ideia de que os enunciados, como frases e falas, adquirem sentidos apenas fechados em suas próprias características gramaticais (Lima, 2018).

Mais adentro em sua contribuição, os dois autores incorporam à análise do discurso novos elementos, como o de ideologia. Para Pêcheux, o discurso é uma dimensão material da materialidade ideológica que conta com as formações ideológicas, definidas pelo autor como um complexo conjunto de atitudes e representações sociais relacionadas ao posicionamento de sua classe, e que tem como componente uma ou mais formações discursivas relacionadas (Lima, 2018). Além disso, Lima (2018) cita que, tanto Pêcheux quanto Foucault concordam que as formações discursivas representam as formações ideológicas junto ao discurso, ao definir o que pode e deve ser dito em uma dada conjuntura por intermédio de um sistema de restrições invisíveis (Lima, 2018). Como resultado, o sentido não existe em si mesmo e a mesma palavra adquire diferentes sentidos segundo suas diferentes formações discursivas, o que implica no reconhecimento que as palavras são polissêmicas e os sentidos são historicamente construídos.

Ademais, a ideologia vai além, ao legitimar atos e situações sociais. Como exemplo, Althusser afirma que a classe dominante, para manter sua dominação, gera mecanismos que perpetuam e reproduzem as condições materiais, ideológicas e políticas de exploração, e dentre esses mecanismos estão os aparelhos ideológicos de Estado. Dessa forma, o discurso é um aparelho ideológico através do qual se dão os embates entre forças ideológicas diferentes (Althusser, 1970). Por fim, Pêcheux e Foucault determinam que a ideologia opera por meio do assujeitamento, que é a interpelação de alguém como sujeito ideológico, tendo em vista que, mesmo que a pessoa não perceba, ela é porta voz de uma formação ideologia, o que pode ser resumido com a fala de Orlandi “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (Lima, 2018).



▲ CICA. Pagando o pato. Porto Alegre: L&PM, 2006, p. 12.

Tirinha “Pagando o pato”, utilizada em uma questão de vestibular. Disponível em https://estudenoifma.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/65/2022/08/Prova2012_INTEGRADA.pdf

Como exemplo se pode citar a tirinha “Pagando o pato”, apresentada acima. Ao analisar os discursos proferidos pelos personagens presentes, se revelam diversas camadas, como o núcleo rígido que apresenta os signos, frases e regras gramaticais, assim como uma camada periférica em que os sentidos são desvendados a partir das posições sociais ou em conjunturas históricas. Assim, o efeito cômico da tirinha se dá nesta última região, onde se utiliza a ambiguidade na expressão “galo na cabeça”, que deveria significar uma lesão na cabeça da personagem, porém, por um mal entendido, a expressão acaba por significar uma traição, à medida que os personagens são uma galinha e um galo. Ademais, se percebe que esse efeito cômico ocorre devido a uma conjuntura histórica e social que condena relações não-monogâmicas, o que justifica o ataque de ciúmes do galo.

Dessa forma, pode-se dizer que as formas de se construir um discurso estão relacionadas ao sujeito e a situação em que ele se encontra, levando-se em consideração tanto o contexto imediato como o contexto sócio-histórico e ideológico. Isto é, considerando a formação discursiva do sujeito e o lugar que esse sujeito ocupa, a imagem da sua posição social no discurso constituída pela sociedade (Orlandi, 2015). Além disso, é possível mencionar que a análise de discurso tem como objetivo refletir sobre as condições de produção e apreensão da significação de textos e busca compreender os princípios de organização, seu funcionamento e as formas de produção social de seu sentido (Minayo, 2000). Assim, ela consiste em uma teoria que busca conhecer uma gramática que antecede a construção do texto, fornecendo então ferramentas para se lidar nas análises de comunicações em geral com os processos de constituição do fenômeno linguístico, e não meramente do seu produto, da mesma forma que

problematiza as evidências e explicita seu caráter ideológico, ao denunciar o encobrimento das formas de dominação política nos discursos (Cappelle, 2003).

Atualmente, a análise do discurso constitui um complexo metodológico fragmentado em diversas escolas e tendências epistemológicas diversas, sendo complexo devido ao seu caráter essencialmente interdisciplinar. Assim, embora venha ganhando espaço na academia, a teoria ainda é muito criticada por suas características. Bardin, por exemplo, sustenta que a análise do discurso pertence ao campo da análise de conteúdo, justificando que se trata de uma técnica cujos procedimentos têm como objetivo a inferência acerca de uma estrutura profunda a partir de efeitos de superfície discursiva (Cappelle, 2003). Por outro lado, Bardin afirma ainda que a análise do discurso tem por objetivo substituir e destruir a análise de conteúdo, mas acredita que esse fato não é possível porque lhe faltam realizações técnicas. Porém, mesmo com tantas críticas, a análise do discurso ainda constitui uma importante ferramenta de análise, tendo em vista que se diversos autores, como é o caso de Abril, acreditam que essa diversidade e abstração, longe de desalentar o projeto de uma análise do discurso sistematizada, pode ser o seu principal motor (Morin, 2005).

Além disso, a Análise do Discurso envolve a reflexão acerca das condições de produção dos textos analisados, as quais o situam em um contexto histórico-ideológico mais amplo, buscando assim desvendar os mecanismos de dominação que se escondem sob a linguagem dentro de uma sociedade, não se tratando assim nem de uma teoria descritiva, nem explicativa, mas sim uma teoria que tem o intuito de constituir uma proposta crítica que problematiza as formas de reflexão anteriormente estabelecidas (Cappelle, 2003). Nesse processo de análise, Capelle descreve que o analista deve evidenciar a compreensão do que é a textualização do político, a simbolização das relações de poder, o modo de historicização dos sentidos, o modo de existência dos discursos no sujeito, na sociedade e na história (Cappelle, 2003).

No fim, pode-se dizer que a análise do discurso tem se consolidado como uma área do conhecimento própria e tem interagido cada vez mais com outras disciplinas das ciências humanas e sociais, tendo se expandido da Europa e hoje estando presente em diversos continentes, sendo bastante consolidado no Brasil e na América Latina.

2.2 - A DANDO VOZ AO SUBALTERNO: A TEORIA PÓS-COLONIAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este trabalho, como mencionado anteriormente, tem como objetivo analisar os discursos de atores relacionados à internacionalização da Amazônia. Porém, muito mais do que olhar para estes discursos proferidos de maneira “crua”, optou-se neste trabalho, como forma de análise, fazer uma interpretação completa, tomando-se cuidado para notar em um discurso diversas características, como por exemplo identificar o sujeito que os fala, de que localidade este sujeito está falando, que ideologias esse indivíduo está sujeito, a forma em que são interpretados pelos atores envolvidos, assim como também tentar entender o que se passa por trás dos discursos e de que tipo de conteúdo estão carregados. Para fazê-lo, a proposta aqui é, além de se utilizar da análise do discurso, também ter como base a teoria pós-colonial das relações internacionais.

Na área de relações Internacionais, a ideia de se construir teorias com o objetivo de explicar os fatos do mundo contemporâneo é um método convencional e muito difundido. Durante muito tempo, essas teorias demonstraram pouco interesse pela historicidade, optando por uma análise sistêmica do internacional, e com isso surgiram diversas correntes que foram e ainda são estudadas em várias partes do mundo (de Oliveira, Pedro. 2017). Como resultado, tais correntes acabaram por moldar os debates de relações internacionais e a própria disciplina.

Dentre as correntes mais proeminentes estão as teorias clássicas, que surgiram juntamente com o nascimento da disciplina após a primeira guerra mundial e teriam, como característica primordial, atores com comportamento condicionado por um caráter ordenador e a-histórico (Pecequillo, 2017). A primeira delas, o liberalismo, surgiu com a onda liberal que tomou a teorização das Relações Internacionais nas primeiras décadas do século XX e que estava disposta a mudar o sistema mundial com base na cooperação dos Estados, sendo considerada então demais idealista e de pouca relevância científica (Elíbio, 2013). Com os acontecimentos da segunda guerra mundial, as teorias das relações internacionais sofrem uma mudança de seu pensamento, e a cooperação é substituída pelo entendimento das relações de poder entre os Estados, tendo sido esse pensamento inaugurado pelo autor Edward Carr em sua obra fundacional *“Twenty years of Crises”*, dando início ao tratamento científico nas teorias das relações internacionais e ao estudo empírico de um contexto político então definido como uma luta pelo poder incompatível com as proposições normativas (Elíbio, 2013).

No entanto, foi somente nos Estados Unidos do Pós-Segunda Guerra que as Relações Internacionais se estabeleceram sobre os princípios do realismo político de Hans Morgenthau,

desenvolvido em seu *"Politics Among Nations"*. Nessa obra, o autor buscou identificar as regularidades que pudessem dar alguma previsibilidade ao comportamento dos Estados, baseando-se principalmente nos conceitos de poder e de interesse nacional (Elíbio, 2013). Como resultado, a pretensão de Morgenthau em estabelecer princípios irrefutáveis da Política Internacional fez com que se gerassem muitos debates, e assim o campo de estudos fundou-se em relação ou em contraposição ao Realismo.

Após o ocorrido, surgiu o chamado Segundo Debate das Relações Internacionais, que ocorreu entre as abordagens chamadas "tradicionalistas", que teve grande contribuição do Behaviorismo. Porém, à medida que questões culturais e identitárias ganham significância para entender as relações entre os Estados, às teorias tradicionais das Relações Internacionais encontram dificuldades para explicar os dilemas do mundo contemporâneo, uma vez que tais teorias foram desenvolvidas com foco no debate centrado somente nos interesses de poder das antigas potências hegemônicas ocidentais (Jatobá, 2013). Dessa forma, com o fim da década de 80 surgiu o terceiro debate das relações internacionais, que introduziu na área os Estudos Críticos, o Construtivismo, o Pós-Modernismo, o Feminismo, a teoria queer e Teoria Pós-colonial, trazendo debates sociais que até então tinham sido excluídos do campo teórico da disciplina (Elíbio, 2013).

Dessa forma, pode-se dizer que, advindo desta nova onda, a o pós-colonialismo é uma teoria que problematiza a forma de construção do conhecimento em RI, este formado com base no pensamento ocidental. Mais que isso, é um conjunto teórico e crítico que trabalha as consequências humanas e naturais do controle externo e da exploração econômica dos povos nativos e de suas terras, além de estudar também as políticas de produção e distribuição do conhecimento, examinando assim as relações funcionais do poder político (de Oliveira, 2017). Para a ascensão da crítica pós-colonial nas análises de literatura, foi de suma importância o processo de descolonização após a segunda guerra mundial, que libertou mais da metade da população mundial da dominação das potências europeias, e assim possibilitou a emergência do chamado terceiro mundo no sistema internacional (de Oliveira, 2017). Como consequência, mesmo que tal processo não tenha significado o fim da hegemonia do pensamento anglo-americano, a partir deste evento foi possível a criação de uma consciência nacional nos países envolvidos que resultaria assim no desenvolvimento de uma série de estudos sobre o cenário mundial emergente e de questionamentos sobre a ordem ocidental (de Oliveira, 2017).

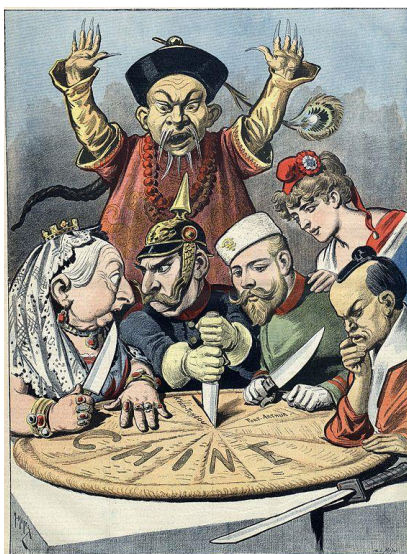
No geral, os estudos pós-coloniais permanecem, assim como outras teorias ligados aos chamados estudos culturais, excluídos pelas Relações internacionais. Isso ocorre devido a recusa por parte do establishment da academia de postura eminentemente protecionista e conservadora em reconhecer uma abordagem que, epistêmica e politicamente, subverte a maior parte de seus pressupostos centrais (Elíbio, 2013). No entanto, nesta primeira década do século XXI, a difusão do Pós-Colonialismo nas ciências sociais promoveu um amadurecimento do argumento, articulado diversas áreas do conhecimento e, embora a teoria ainda esteja em posição marginalizada na disciplina, seu debate possui extrema relevância para as relações internacionais como um todo.

Nesse sentido, pode-se notar que, embora por muito tempo ignorado pelas principais correntes de estudos de Relações Internacionais, o pós-colonialismo se mostra muito mais do que uma teoria, mas sim como um movimento de ruptura com os legados da modernidade, questionando assim os fundamentos sociais, epistemológicos e culturais vigentes desde a ascensão do pensamento ocidental como hegemonia global, que, apoiado pelo capitalismo, conseguiu se difundir e se perpetuar pelo mundo como nenhum outro jamais o fizera (De Oliveira Neto, 2017). Dessa forma, a análise pós-colonial se constitui como uma estratégia para desafiar o eurocentrismo e os discursos de progresso ocidental e tem como foco a raça e a resistência dos povos periféricos que foram colonizados (Seth, 2009), se mostrando muito importante para dar voz para aqueles que foram ignorados e subjugados por séculos, como é o caso dos povos da Amazônia.

Para se discutir a teoria, é importante ressaltar em primeiro lugar que o “pós” de pós-colonial não significa uma ruptura com o período colonial anterior, nem sua superação, uma vez que, segundo Hoffman, *“o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória”* (Hoffman, 2005). Em realidade, a teoria pós colonial pressupõe a revisão crítica do passado contado em termos da modernidade ocidental e também busca a identificação de um presente ainda permeado por uma série de discursos, práticas, representações e relações políticas que convergem na perpetuação da distribuição assimétrica do poder e riqueza em nível global (Elíbio, 2013).

Assim, é fato que o pós-colonialismo analisa as relações de poder entre o colonizador e o colonizado. Isso ocorre tendo em vista que essa relação é resultado de uma desigualdade que tem suas origens no colonialismo e no imperialismo europeu, na dominação de continentes inteiros pelas metrópoles, na violência e na exploração da mão de obra colonizada e escrava,

assim como na concepção eurocêntrica do Ocidente como sendo sujeito único da história (de Oliveira, Pedro. 2017). Dessa forma, a teoria Pós-Colonial sugere que o poder e o discurso colonial construíram-se a partir do recurso a uma “violência epistêmica” que construiu o sujeito colonizado enquanto outro do colonizador. Da mesma forma, o colonizador e, em sentido mais amplo, o Ocidente, se constrói a si mesmo com base na dominação do resto do mundo (Said, 2007).



Charge: “A Torta Chinesa”, de Henri Meyer, representando a partilha da China pelas potências europeias e pelo Japão. Publicada em 16 de janeiro de 1898 no Le Petit Journal, na França. Disponível em <<https://incrivelhistoria.com.br/imperialismo-seculo-xix/>>

Além disso, é importante mencionar os conceitos discutidos no pós-colonialismo a partir da construção da ideia de raça como estratégia de subordinação e hierarquização entre os povos por Fanon em sua obra *“Pele negra, máscaras brancas”*, onde o homem branco se situa como uma representação ideal que o homem negro busca atingir, colocando então sobre si mesmo uma máscara branca. No fim, o colonizado, como um estranho em sua própria terra, se encontra desejando o lugar do colono. (Fanon, 1994). Além disso, Fanon se debruça sobre estudos que analisam como a sociedade racista acaba por desumanizar o colono, descrevendo-o como um objeto entre tantos outros. Nesse meio, o colono sempre será um estranho, tendo em vista que a classe dirigente é aquela que veio de fora (Fanon, 1994). Por fim, é relevante citar a discussão proposta por Fanon do sistema de violência desenvolvido pelo colonizador. Para o autor, a violência seria uma resposta do colonizado ao colonizador. Porém, embora a violência colonial pudesse ser capaz de romper com as estruturas que foram criadas pelos europeus, na realidade o sistema imposto pelo colonizador acaba por permear a mente do colonizado de tal forma que

este não mais pretende substituir a estrutura colonial, mas apenas assumir o lugar do colono e praticar a violência contra outros (Fanon, 1994).

Outra importante pensamento pode ser evidenciado pela obra “*Orientalismo*” de Edward Said, que menciona que o orientalismo é um discurso opressivo que demonstra uma representação falseada da realidade do “mundo oriental”, em que as identidades são resumidas, ao mesmo tempo em que se presencia construção de dois mundos dentro de uma relação dominador-subordinado e que se constroem interesses materiais reais (Said, 2007). Além disso, é importante se mencionar que o orientalismo constrói a imagem superior do ocidente como berço da modernidade e civilização a partir da dominação sobre o oriente e da representação estereotipada do oriental como serem incapazes de se governarem e construírem sua própria história (Said, 2007). No fim, a cultura europeia ganha em força e identidade com a criação do outro subalterno.

Outro conceito para se refletir é o de Colonialidade, tendo em vista que a partir dela é possível afirmar que a dominação colonial não se encerrou com a independência dos países colonizados, mas permanece viva através de um sistema mundo de poder que define os mais diversos padrões de vida, assim como , ainda possui uma grande força de dominação em diferentes âmbitos da vida dos povos que foram colonizados (Maia, 2020). Segundo Quijano, a colonialidade do poder trata-se da constituição de um poder mundial capitalista e eurocentrado a partir da criação do conceito de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar a ideia de que os colonizados são inferiores aos colonizadores com o intuito de legitimar a subordinação do povo colonizado (Quijano, 2005). O autor destaca que o colonialismo colocou a Europa como centro do mundo e a mantém até os dias de hoje, caracterizado como marca de poder hegemônico e que cria padrões são naturalizados por todos e criam identidades novas, hierarquias e papéis sociais nas ex-colônias. Dessa forma, lugares que antes eram definidos geograficamente, agora passam a ser definidos através da classificação de raça, enquanto os povos colonizados, e em especial, o negro, passam a negar e a desvalorizar as suas raízes, características e costumes, realizando o que o branco deseja sem questionar e tentando a todo custo se parecer o máximo possível com o branco, promovendo por fim uma naturalização dos preconceitos e violências promovidas pelo colonizador (Quijano, 2005).

Além disso, outra contribuição importante vem com a autora Gayatri Spivak e sua obra “*Pode o Subalterno falar?*”. Neste trabalho, Spivak analisa de que maneira a produção de conhecimento é uma estrutura limitante e prejudicial ao colonizado, tendo em vista que a maior parte do conhecimento produzido que é considerado pela academia como relevante para o

mundo é feito no ocidente, o que resulta no fato de os produtores de conhecimento dos países desenvolvidos apresentarem-se como a voz dos subalternos (SPIVAK, 1988). Com isso, a autora conclui que o subalterno não pode falar, tendo em vista que o homem branco é o sujeito que se torna o porta-voz dos interesses dos subalternos, já que é ele que o estuda, e o seu conhecimento legitima suas ações (SPIVAK, 1988). Segundo Spivak, representar pode significar tanto de “falar por” ou mesmo “re-presentar”, esta última que corresponde um retrato da situação. No fim, ambas as definições resultam que representar não indica dar voz para o subalterno, fazendo com que haja pessoas que os represente, sem realmente compreender suas necessidades e desejos (SPIVAK, 1988). Dessa forma, mesmo com todas as suas limitações, a teoria pós-colonial busca dar voz para os outros sujeitos da história, desconstruindo a narrativa eurocêntrica e buscando analisar o ponto de vista de quem nunca foi levado em consideração pela academia.

No fim, os estudos pós-coloniais, ao reconhecer os preceitos analisados nesta sessão, buscam promover uma reflexão e uma discussão sobre uma proposta de descolonização de todos os âmbitos e vertentes. Segundo Mignolo, é necessário para se superar tal situação se promover uma descolonização do conhecimento através de uma desobediência epistêmica, tendo em vista que opção descolonial se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento (Mignolo, 2008). Assim, o autor não propõe um abandono do conhecimento já institucionalizado, mas sim

“substituir a geo- e a política de Estado de conhecimento de seu fundamento na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos, pela geopolítica e a política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, subjetividades, etc., que foram racializadas, ou seja, sua óbvia humanidade foi negada [...] Consequentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender, já que nossos cérebros tinham sido programados pela razão imperial/ colonial (Mignolo, 2008).

Nesta sessão foi apresentada uma revisão teórica da teoria pós colonial das relações internacionais, assim como foi introduzido alguns de seus conceitos elementares. A próxima sessão, por sua vez, será responsável por apresentar os conceitos e ideologias envoltas da internacionalização da Amazônia e seus e seus desdobramentos.

2.3 - A INTERNACIONALIZAÇÃO: AMAZÔNIA, ENTRE A MODERNIDADE E A BARBÁRIE?

Como já dito, a Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, ocupando uma área de aproximadamente 6,7 milhões de quilômetros quadrados, e é formada por distintos ecossistemas. Imersa neste contexto, surge a Amazônia brasileira, que está situada politicamente na Região Norte do país (parte setentrional), comportando os Estados do Amazonas, Pará e Acre, Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins. Por outro lado, fisicamente a Amazônia brasileira é definida como Amazônia Legal, que nos termos da legislação brasileira compreende a Lei nº 1.806 de 06.01.1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, esta que incorporou à Amazônia brasileira o Estado do Maranhão, Goiás e partes do Mato Grosso e, posteriormente, pela Lei 5.173, de 27.10.1966, com a extinção da SPVEA e criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e Lei Complementar nº 31, de 11.10.1977, estendendo os limites da Amazônia Legal a toda a área do Estado do Mato Grosso (Amazônia, 2022).

Além disso, a Amazônia é conhecida por abrigar a maior biodiversidade do mundo, uma vez que nela podem ser encontradas milhares de espécies animais, vegetais e microrganismos, assim como abarcar a maior bacia hidrográfica do planeta com cerca de 6 milhões de km² e 1.100 afluentes (OECD, 2014). Ainda, pode-se mencionar o seu enorme potencial econômico, em que a floresta abriga amplas reservas de minérios e outras riquezas (VAZ, Alcides Costa). Porém, a exploração dessa região gera preocupações em resposta à destruição crescente. Como exemplo, se pode citar o fato que o desmatamento na Amazônia em 2021 foi o pior em 10 anos, de acordo com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), em que foram destruídos 10.362 km² de mata nativa, o que equivale à metade do estado de Sergipe (CNN, 2022). Dessa forma, tamanha grandeza resulta no pensamento de que, para o mundo ocidental o espaço em questão se trata de uma imensa região de natureza incomparável cuja floresta deve ser preservada a todo custo, visando à sobrevivência da Humanidade. Como resultado, a região se torna alvo de formulações de burocracias especializadas estatais e não estatais, como é o caso da tese de internacionalização da Amazônia (de Meira Mattos, 2016).



A floresta ocupa uma área de aproximadamente 6,7 milhões de quilômetros quadrados – Fonte: G1. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/dia-da-amazonia-reflete-importancia-da-floresta-para-o-planeta.ghtml>

Segundo o dicionário Dicio, o verbo internacionalizar é transitivo e normalmente empregado no sentido de “dar um caráter internacional a” ou “difundir por várias nações” (Dicio, 2021). Dessa forma, isso significa colocar uma área sob o controle de uma autoridade internacional em um sistema de mandato, utilizado pelos agentes internacionais sob justificativa da aparente incapacidade das instituições locais em estabelecer e manter um modelo eficiente e duradouro de governança de preservação (Nunes, 2015). Mais que isso, o termo se vincula a práticas transnacionais de países econômico e militarmente hegemônicos que projetam seus poderes nacionais em território estrangeiro, a fim de promover seus interesses (Medeiros, 2012). Em seu trabalho, Medeiros conta que o termo tem seu uso intensificado institucionalmente entre as décadas de 1960 e 1980, e se populariza, tendo uma maior repercussão na mídia escrita (jornais e revistas) entre 1980 e 2010, em uma situação em que se percebe uma nova roupagem a velhas categorias, operando tanto nos imaginários quanto na legitimação de práticas político-institucionais (Medeiros, 2012). Logo, a internacionalização pode ser lida como uma nova forma de se lidar com os territórios e os povos amazônicos com ferramentas velhas. Parafraseando o autor:

“Grosso modo, a definição do verbo internacionalizar como conferir uma característica internacional ou um uso internacional talvez seja a mais completa, significando em certo sentido desnacionalizar. O substantivo internacionalização tem como significado tornar comum a dois ou mais países. São notáveis as

referências do dicionário Oxford acerca das rusgas entre Berlin e Londres sobre o Congo que suscitam a expressão “internationalizing the Congo”, ainda há referências ao ano de 1885 e ao Canal de Suez, dando uma dimensão política do termo que se funda em práticas coloniais e político-militares. No caso do Canal de Suez, o Estado egípcio perde a soberania sobre seu território e a Companhia do Canal de Suez (inicialmente francesa e egípcia, depois inglesa) assume a regulamentação jurídica do canal. Outra referência são as revoltas que levaram ao desmembramento do Panamá do território colombiano (1903) e a construção do Canal do Panamá com capital estrangeiro (primeiro na tentativa francesa e inglesa, depois na conclusão estadunidense). É nesse contexto que se formulam preocupações político-militares que estabelecem as bases para uma prática territorial hegemônica de garantir a integridade territorial do Estado nacional brasileiro.”

Levando isso em consideração, fica evidente que a discussão sobre a internacionalização da Amazônia está estreitamente ligada à efetividade e ao alcance do princípio da soberania do Estado. Para desenvolver esse aspecto, é necessário em primeiro lugar que discutir o que é soberania e suas implicações. Segundo Ribeiro, o conceito de soberania é difícil de ser definido devido à diversidade das teorias ao seu respeito (Ribeiro, 2017). Historicamente, as primeiras discussões sobre aspectos relacionados à soberania datam da Idade Média, pois o poder era horizontal e atribuído aos reis, aos senhores feudais e a Igreja Católica, não estando então concentrado na figura de um único ente (Ribeiro, 2017). Com a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, a queda do poder da Igreja Católica, a ascensão dos Estados europeus, o descobrimento de novas terras e o aumento das relações externas entre os Estados, a soberania do Estado passou a se moldar com maior precisão e o poder concentrou-se nas mãos do soberano, surgindo então diversos estudos para se explicar e justificar tal organização (Ribeiro, 2017).

Como exemplo desses estudos se tem Jean Bodin, que foi o primeiro a definir o conceito propriamente dito de soberania. Em sua obra, “*Os seis livros da República*”, a soberania é conceituada como “o poder absoluto e perpétuo de uma República”, não estando assim sujeito a nenhuma outra lei humana ou a outro poder relacionado aos homens (Vilela, 2016). além disso, o autor se utiliza da expressão “República” para designar o “Estado”, e tal conceito é

muito importante devido ao contexto político da época de disputas dentro de um território, tendo assim a república o poder soberano como sua essência, ou seja, sua principal característica era o reconhecimento da submissão a uma mesma autoridade soberana (Vilela, 2016). Porém, embora o poder soberano não encontre poder superior ao dele, a noção de soberania nesta obra não aponta para uma soberania sem restrições. Na verdade, Bodin distingue as leis particulares, em que o soberano é senhor, e a lei divina e a lei da nação, as quais o soberano está sujeito. Dessa forma, não existe aqui nenhuma ideia de soberania absoluta, pois como diz Bodin, o poder “é absoluto e soberano, porque não está sujeito a obedecer a outra condição senão obedecer a aquilo que a lei de deus e a lei natural ordenam” (Vilela, 2016).

Na realidade, a ideia de soberania como poder ilimitado, o que durante muito tempo conformou as relações internacionais e a maneira de entender o Estado, deve-se a Hobbes e foi aproveitada pelos Estados a procura de legitimação para sua crescente centralização. É neste cenário que surge em 1648 um outro marco histórico importante para a evolução das teorizações da soberania, conhecido como os “Tratados de Westfália”, que marcaram o surgimento de uma nova era para o Direito Internacional, feito a partir da criação dos limites territoriais das principais nações europeias da época, assim como da eclosão do princípio da igualdade jurídica dos Estados para fortalecer e servir de base para o sistema de relações entre nações que se estruturava (Ribeiro, 2017). É a partir da celebração da Paz de Westfália, em 1648, que o Direito Internacional se destaca como regulador das relações entre nações, organizadas agora sob a autoridade dos Estados soberanos. Ademais, com o surgimento do constitucionalismo surgiu a ideia da soberania nacional, e assim a nação substitui o monarca como soberano, sendo então a soberania indivisível e residente no povo e no Estado (DA SILVA, 2015).

Além disso, a soberania também se exterioriza no plano internacional e este também influi para caracterizá-la. Segundo Mello, a soberania tem um aspecto interno e um aspecto externo (Mello, 1999). O primeiro se manifesta nos diferentes poderes do Estado, que são o Legislativo, Executivo e Judiciário, ao passo que o aspecto externo é o direito à independência que se manifesta no direito de convenção, à igualdade jurídica, à legação ao direito ao respeito mútuo (Mello, 1999). Um claro exemplo disso se dá no século XVIII, quando Emerich de Vattel, discípulo de Grócio, estrutura a noção de soberania na doutrina do direito internacional, enfatizando que “qualquer nação que governe a si própria, sob qualquer forma que seja, sem dependência de estrangeiros, é um Estado soberano” (Gonçalves, 2001).

Por fim, pode-se citar Bobbio (1998), que diz que a soberania é o poder de mando de última instância numa sociedade política, sendo assim intimamente ligado ao poder político, o que torna então a soberania a racionalização jurídica do poder, no sentido da transformação da força em poder legítimo e do poder de fato em poder de direito, indicando assim em toda sua plenitude o poder estatal, sujeito único e exclusivo da política (Bobbio, 1998). Em outras palavras, a soberania corresponde hoje ao poder jurídico supremo, não estando sujeito a qualquer outro poder internamente, e estando externamente independente (Bobbio, 1998). Desse modo, tendo em vista a relação entre soberania e a origem do pensamento de internacionalização, pode-se notar que existem diferentes explicações para a origem do termo, que na maioria das vezes contém um grande viés conspiratório de que há uma ameaça à posse brasileira na Amazônia em razão de investidas retóricas de outros países, sendo o primeiro o aspecto o histórico.

Mais que uma floresta, a Amazônia possui um papel central na compreensão dos estudos das Relações Internacionais, e isso ocorre pois, além de todas as características já citadas, esse amplo espaço abriga mais de 33 milhões de pessoas, incluindo 1,6 milhão de povos indígenas de 370 etnias distintas, assim como moradores de cidades grandes, ribeirinhos, extrativistas e quilombolas (OECD, 2014). Porém, mesmo sendo retratada sua importância global, a região Amazônica ainda é vista no cenário internacional como um espaço selvagem e fora do Estado Moderno, que resiste às forças externas de modernização e que o ocidente interpreta como uma alteridade bárbara a ser conquistada e civilizada (Picq, 2016). Isso ocorre hoje pois, durante toda a sua história, a Amazônia foi inventada e moldada por seus exploradores, sendo classificada como “espaço vazio” e sem dono, tal como no Direito Público europeu define como “Terra Nullius” para justificar a dominação (das Chagas, 2017).

Para se dar exemplo desta invenção, pode-se retomar os tempos da colonização, em que a Amazônia assim foi nomeada em 1541 por conta de ter sido interpretada como o lugar de origem das lendárias Amazonas, uma vez que a resistência indígena era feita por mulheres (das Chagas, 2017). Além disso, pode-se citar as pressões internacionais em relação às decisões do Império brasileiro sobre a Amazônia, estas que vão desde os comícios promovidos em Nova York pelo capitão da Marinha norte-americana Mathews Fontaine Maury, que há dois séculos pregava a livre navegação internacional do Rio Amazonas, e vão até os tempos recentes, quando por exemplo o general Taumaturgo Sotero Vaz denunciou senadores norte-americanos que, em visita ao Senado, exigiram ao então presidente, Fernando Collor, uma extensão de terra para os ianomâmis maior que Portugal (Gonçalves, 2001). Por fim, é possível citar iniciativas do

próprio governo, como quando em 1940 a “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas iniciou a jornada civilizacional de integrar a longínqua e selvagem Amazônia ao resto do Brasil (das Chagas, 2017).

Dessa forma, a tese da internacionalização da Amazônia é uma porta para se descobrir de que modo são instituídos governos para o território da Amazônia. Segundo Medeiros, o autor conta que todo governo é necessariamente estratégico e programático, sendo um domínio específico de relações de poder, em uma situação em que as padronizações de vocábulos e as operacionalizações de normas se fazem em instituições especializadas estatais, que podem ser militares e civis, e não-estatais, como a mídia e as ONGs (Medeiros, 2012). Logo, tais instituições nomeiam e estabelecem práticas para o 19 território amazônico de acordo com o próprio ponto de vista, o que resulta assim na invenção de narrativas homogeneizantes (Medeiros, 2012). No caso da Amazônia, tais narrativas são elaborações político institucionais envolvidas no espectro da segurança nacional e no espectro das questões ambientais. Dessa forma, é nesse processo que a Amazônia se torna produto de uma narrativa institucional em que as territorialidades são forjadas em disputas políticas, onde diversas vozes que compõem as disputas por territórios na Amazônia ressoam e, por fim, a institucionalização do território assegura a legitimidade interna e externa para suas pretensões de poder (Medeiros, 2012).

Além disso, as narrativas históricas, políticas, midiáticas e militares acerca da Amazônia acreditam e querem fazer crer que existe uma constância natural no transformar do território amazônico em algo útil de acordo com seus próprios desígnios, com o intuito de instituir e legitimar regimes de poder para o território em questão (Medeiros, 2012). Com isso, baseados nessa alegação da incapacidade do Brasil e seus vizinhos de preservar a natureza amazônica, assim como devido das omissões das autoridades governamentais brasileiras em zelar pela sua preservação nacional, inúmeros atores europeus e norte-americanos lutam para que se estabeleça para a Amazônia o status de “território do interesse da Humanidade”, sendo gerido assim como um organismo supranacional e, assim, com autoridade decisória passa a participar de sua administração (Nunes, 2015). Por fim, é possível notar que em torno da expressão “internacionalização da Amazônia” gravita um jogo de interesses, convicções, ativismos, redes e atores políticos que mobilizam recursos para inscrever nas ordens políticas, jurídicas e ecológicas formas específicas de gestão territorial que melhor preserve a floresta (Medeiros, 2012).

Porém, a história mostra que a Amazônia é muito mais do que um lugar bárbaro e vazio. Segundo Daniela Picq, embora na maioria das vezes sendo vista pelos europeus como um deserto, a floresta foi no passado uma elaborada silvicultura que fornecia alimentos, remédios e ferramentas para avançadas sociedades que já dominavam conhecimentos astronômicos (Picq, 2016). Já na idade moderna, a Amazônia esteve completamente interconectada com a construção dos Estados Europeus, uma vez que tais impérios se utilizaram da região para dar continuidade da formação de sua autoridade política, jurídica e econômica, tendo a Amazônia se tornado um centro de reivindicações territoriais europeias devido sua importância ao comércio estratégico e maior proximidade com o velho continente (Picq, 2016). A autora complementa ainda que, mais adiante, o ciclo da borracha entre os séculos XIX e XX tornou a região uma vanguarda global ao contribuir para a indústria automobilística em um momento em que a amazônica monopolizava a produção do látex (Picq, 2016). Por fim, hoje a Amazônia está no centro dos debates globais sobre desenvolvimento sustentável e preservação de suas matas, devido sua importância para o combate ao aquecimento global e às mudanças climáticas (Amazônia Protege, 2021).

Tal importância é dada a floresta tendo em vista que a internacionalização da Amazônia se insere nas narrativas hegemônicas levadas a efeito por atores que forjam o poder de decidir sobre o espaço amazônico, muitas vezes, tratado a região como um problema a ser resolvido (Medeiros, 2012). Nesse contexto, jornais e revistas se tornam instrumentos de divulgação, de debates e de repercussões que estabelecem os pontos de vista que consideram a única via correta. Dessa forma, é fato que a riqueza da Amazônia motivou várias formas de intervenção externas, no intuito de explorar os seus recursos naturais, e diversos atores estrangeiros o fazem se aproveitando da omissão das autoridades brasileiras quanto à menor capacidade de vigilância e controle ou ausência de legislação. Entretanto, o fator social da internacionalização de maior ocorrência, ao se analisar a atuação dos Estados e governos internacionais, se dá pela própria questão dos problemas ambientais, elevando assim a região amazônica a foco de atenção e preocupação mundial, tanto pela questão da preservação, quanto por motivos políticos internos (Gonçalves, 2001). Segundo Freitas,

“Os governos mundiais, pressionados por seus eleitores, descobrem que uma queimada na Amazônia pode ser mais ameaçadora que todo o contingente bélico latino-americano junto. Descobrem, ainda, que o oxigênio respirado na Europa pode estar relacionado com a dinâmica das florestas tropicais; que as ondas de calor que inesperadamente

enlaçam o globo terrestre, em diferentes intensidades, também são decorrentes, em particular, das emissões de dióxido de carbono, dos compostos nitrogenados, e do gás metano pelos países desenvolvidos, em especial, pela indústria automobilística e demais complexos industriais da América do Norte, pelos desmatamentos e pela agricultura intensiva; [...] que o futuro promissor da biotecnologia possa ser antecipado com o controle e a apropriação do conhecimento milenar e tradicional dos povos indígenas; que a África e a América do Sul, sucatas da modernidade, possuem grandes relevâncias na indução de diversos processos ambientais que impactam o mercado e os mega processos econômicos em curso” (Freitas, 2000).

Porém, é importante também se analisar o outro lado da história, e, além da visão ocidental, também será levada em consideração o ponto de vista do Brasil. Gonçalves mostra em seu trabalho que a internacionalização se perpetua na Amazônia brasileira por meio de iniciativas estrangeiras tanto sob a forma privada, através da compra de terras, presença de empresas internacionais, multinacionais e transnacionais, quanto sob a forma pública, através da pressões oriundas de outros Estados e organizações internacionais em relação a forma de se gerir o território (Gonçalves, 2001). Além disso, a autora cita que o Estado Brasileiro busca por meio de políticas públicas preservar a floresta e exercer sua soberania na Amazônia, envolvendo um conjunto de objetivos públicos necessários para a afirmação, estabilidade e conservação do poder ali constituído pelo Governo brasileiro (Gonçalves, 2001). Entretanto, tais iniciativas acabam por concorrer com as iniciativas estrangeiras na região, o que por sua vez resulta em nos brasileiros relativas à ameaça de internacionalização da Amazônia.

Como exemplo, a autora cita o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), apresentado preliminarmente ao Presidente da República em setembro de 1990 e destinado a zelar pela Amazônia Legal e que, embora fosse concebido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República em conjunto com os Ministérios da Justiça e Aeronáutica, o projeto gerou discussões por ter sido em seu nascimento promovido e realizado por iniciativas estrangeiras, sendo a empresa americana Raytheon escolhida para implantá-lo e o EXIMBANK sendo o promotor da maior parcela de financiamento ao sistema (Gonçalves, 2001). Logo, as principais críticas e medos referentes a internacionalização se referiam ao acesso privilegiado de informações que a empresa e o governo dos Estados Unidos teriam sobre a floresta, da mesma forma que o fato de a Raytheon não possuir nenhum conhecimento da

Amazônia, de seus povos ou de seus problemas ambientais. Por fim, a empresa não possuía a formação de pessoal nacional qualificado, o que gerava, para o Brasil, o aprofundamento da dependência tecnológica estrangeira (Gonçalves, 2001).

Além disso, outra iniciativa que é citada por Gonçalves é a Zona Franca de Manaus, que trouxe à Amazônia um número expressivo de empresas estrangeiras, especialmente as empresas multinacionais e transnacionais. Tal iniciativa retoma o temor da internacionalização da Amazônia à medida em que a economia competitiva se dissocia na política de um Estado para viver debaixo de imperativos econômicos, tendo em vista a despolitização do Estado e do mundo contextualizado no mercado global (Gonçalves, 2001). Da mesma forma, tais empresas concentram poder à medida que a região amazônica cria uma dependência da zona Franca de Manaus. Como exemplo, Gonçalves menciona que é dela que provêm 98% do ICMS do Estado do Amazonas, assim como nela está concentrada quase metade da população e 95% das atividades econômicas do Estado (Gonçalves, 2001). Assim, toda essa importância confere a empresa poder, e, embora uma multinacional se mostre como neutra ao buscar somente lucro, é importante lembrar que onde há poder econômico, há potencialmente poder político, e, segundo a lição de Montesquieu, todo aquele que detém o poder tende a abusar do poder, caso se lhe não coloquem limites (Gonçalves, 2001).

Porém, é importante mencionar o fato de a literatura demonstra que, embora a tese aparente ter origem internacional, a elaboração da internacionalização pensada na Amazônia é inicialmente uma construção político-militar e fundamentalmente brasileira para se justificar sua exploração da floresta em nome do desenvolvimento (Medeiros, 2012). Dessa forma, qualquer discurso com relação a Amazônia é amplificado pela mídia e pelos governantes, de forma que há, acerca da temática, uma verdadeira amplificação deste discurso sem, no entanto, uma orientação para um aprofundamento da reflexão. Como resultado, acaba por surgir um verdadeiro fantasma da internacionalização da Amazônia, cuja meta sempre é eleger atores ou organizações sociais e políticas, esvaziando o conteúdo e o contexto do debate (Das Chagas, 2017).

É neste contexto que surgem diversas teorias conspiratórias, assim como questionamentos sobre a legitimidade referentes a presença de Ongs e países na floresta. Tendo em vista os setores mais conservadores, como é o caso dos militares e dos políticos, esta presença tem sido contestada com base em vários argumentos, em que instituições que buscam a preservação da floresta são cunhadas de neocolonialismo verde, máfia verde, interesses

ocultos, ocupação silenciosa, germe da secessão, soberania ameaçada, impedoras do desenvolvimento do país, etc. (Das Chagas, 2017). No fim, entretanto, tal estratégia contribui para deslegitimar as demandas dos povos indígenas, dos ambientalistas e defensores dos direitos humanos na sociedade brasileira, o que por fim resulta na transformação da discussão sobre direitos em uma discussão sobre interesses, através do foco na ideia de conspiração, impedindo, assim, segundo Zhour, a construção de uma consciência sobre os termos internacionais em que realmente se constrói uma nação devedora como o Brasil (ZHOURI, 2002).

3. METODOLOGIA

Tendo se aprofundado nos principais temas e desdobramentos da análise do discurso, da Teoria Pós-Colonial das Relações Internacionais e da tese da internacionalização da Amazônia, a próxima sessão se dispõe a realizar uma análise discursiva do material empírico coletado para a apresentação de conclusões acerca da hipótese inicial desta pesquisa, posta nos comentários introdutórios. Dessa forma, a pergunta que guiará esse trabalho diz respeito a visão que os brasileiros tem do território amazônico em relação a visão já desenvolvida na sessão anterior que pertence aos atores ocidentais: tal visão é diferente da visão estrangeira, ou os atores brasileiros compartilham do mesmo olhar sobre a floresta, mesmo defendendo lados opostos? Ademais, nos termos estudados pela análise do discursos, além de se buscar desvendar quais são suas estratégias discursivas e ideológicas que atravessam os discursos, isso significa também se perguntar como as ideologias trabalham para validar seus próprios preceitos a distintos conceitos políticos.

Dessa forma, são as relações interdiscursivas de conflito e aliança que constituem o objeto de pesquisa para essa perspectiva discursiva. Dentre os inúmeros discursos e falas que se relacionam, coloca-se a questão de quais serão analisados. Para isso, é necessário delimitar o espaço discursivo dentro do qual as relações interdiscursivas serão analisadas. Dado que o objetivo da pesquisa é rejeitar ou não a hipótese sobre a visão brasileira sobre a Amazônia, houve a seleção de 6 corpora, sendo cada um deles representando um grupo de atores políticos desta relação.

O primeiro conjunto de material empírico consiste na reunião de discursos de Chefes de Estado e de Governo que são favoráveis e contrários à internacionalização da Amazônia, totalizando dois corpora. Dessa forma, o bloco reúne falas de presidentes e primeiros ministros tanto de países ocidentais como brasileiros. O segundo conjunto de material empírico, por sua vez, consiste na reunião de discursos de ministros, parlamentares e outros membros do Governo que tiveram considerações acerca do tema, totalizando mais dois corpora. O terceiro conjunto, por fim, reúne os discursos de militares e membros das forças armadas dos respectivos países analisados, assim como de organizações internacionais, totalizando os dois corpora finais. Os discursos oficiais de tais tomadores de decisão foram coletados em uma grande diversidade de sites de notícias e trabalhos acadêmicos, e foram proferidos em sua maioria em entrevistas, debates presidenciais, reuniões em organizações e conselhos internacionais. É importante notar que os discursos que tratavam exclusivamente da Amazônia, mas que não tinham relação com

propostas da internacionalização, foram desconsiderados da análise a fim de se manter um conjunto de materiais coerente.

A relação completa do total de 46 discursos considerados na análise segue abaixo em ordem cronológica, contendo uma breve descrição, autoria e a data de cada um deles.

Quadro 1 - Corpus 1: Chefes de Estado e Governo a favor da internacionalização

Sujeito	Cargo	Data
George Bush	Presidente dos EUA	1989
François Mitterand	Presidente Francês	1992
Mikhail Gorbachev	Presidente URSS	1992
John Major	Primeiro Ministro britânico	1992
Emmanuel Macron	Presidente Francês	2019
Joe Biden	Presidente dos EUA	2020

Quadro 2 - Corpus 2: Chefes de Estado e Governo contra a internacionalização

Sujeito	Cargo	Data
Fernando Henrique Cardoso	Presidente do Brasil	2000
Luiz Inácio Lula da Silva	Presidente do Brasil	2007
Luiz Inácio Lula da Silva	Presidente do Brasil	2008
Luiz Inácio Lula da Silva	Presidente do Brasil	2008
Jair Messias Bolsonaro	Presidente do Brasil	2019
Jair Messias Bolsonaro	Presidente do Brasil	2019
Jair Messias Bolsonaro	Presidente do Brasil	2019
Jair Messias Bolsonaro	Presidente do Brasil	2019
Papa Francisco	chefe de Estado do Vaticano	2019
Jair Messias Bolsonaro	Presidente do Brasil	2020
Jair Messias Bolsonaro	Presidente do Brasil	2020
Jair Messias Bolsonaro	Presidente do Brasil	2020

Quadro 3 - Corpus 3: Ministros, Parlamentares e outros membros do Governo a favor da internacionalização

Sujeito	Cargo	Data
Al Gore	Vice-Presidente dos Estados Unidos	1989
Robert Kasten	Senador dos Estados Unidos	1989
Robert Kasten	Senador dos Estados Unidos	1989
Warren Cristopher	Secretário de Defesa dos EUA	1995

Monica Frassoni	Deputada do Parlamento Europeu	2005
David Milliband	Ministro do meio ambiente britânico	2006
Franck Riester	Ministro do Comércio Exterior da França	2021

Quadro 4 - Corpus 4: Ministros, Parlamentares e outros membros do Governo contra a internacionalização

Sujeito	Cargo	Data
Mozarildo Cavalcanti	Senador Brasileiro	1999
Cristovam Buarque	Senador Brasileiro	2000
Celso Amorim	Ministro das Relações Exteriores	2005
Arthur Vigílio	Senador Brasileiro	2007
Carlos Minc	Ministro do meio ambiente	2008
Hamilton Mourão	Vice-Presidente do Brasil	2019
Hamilton Mourão	Vice-Presidente do Brasil	2019
Fernando Collor	Senador Brasileiro	2019
Onyx Lorenzoni	Ministro da Casa Civil do Brasil	2019
Ernesto Araújo	Ministro das Relações Exteriores	2019

Quadro 5 - Corpus 5: Forças Armadas e Organizações Internacionais a favor da internacionalização

Sujeito	Cargo	Data
Conselho Mundial de Igrejas Cristãs	-	1981
Grupo dos Cem	-	1989
Congresso de Ambientalistas Alemães	-	1990
General Patrick Hugles	Chefe do Órgão Central de Informações das Forças Armadas dos EUA	1998
Pascal Lamy	Presidente da OMC	2005

Quadro 6 - Corpus 6: Forças Armadas contra a internacionalização

Sujeito	Cargo	Data
Rodrigo Octávio	General do Exército	1968
Eduardo Villas Bôas	General do Exército	2019
Augusto Heleno	General do Exército	2019
Augusto Heleno	General do Exército	2019
Santos Cruz	General do Exército	2019
Edson Leal Pujol	Comandante-geral do Exército	2019

Para se desenvolver uma análise do discurso a partir do material coletado, o tratamento da superfície linguística é a primeira etapa a ser realizada. Dessa forma, o conjunto de materiais coletados será analisado com o auxílio das ferramentas metodológicas fornecidas pela análise do discurso, que, como mencionado no capítulo 2, tem muito a contribuir ao explorar os contextos sócio históricos dos discursos e suas ideologias. Para tal, embora existam uma grande diversidade de ferramentas para análises desse tipo, priorizou-se neste trabalho um recorte particularmente preocupado com a estrutura e a organização dos discursos, de maneira que se permita uma análise do material coletado em que se tirem conclusões acerca do fenômeno interdiscursivo e uma visão crítica mais ampla dos discursos, o que é menos possível em análises focadas em frases particulares e enunciações isoladas.

É a análise abrangente das estruturas discursivas que melhor compreende, portanto, a proposta de colocar os discursos de todos os atores da internacionalização da Amazônia em relação entre si e, a partir disso, tirar conclusões de importantes conceitos. Nesse trabalho, a estrutura que mais se adequa à pesquisa é a argumentativa, tendo em vista que, seja os discursos ditos por presidentes ou as justificações apresentadas por senadores e deputados, o objetivo sempre é o de estabelecer uma verdade por intermédio da colocação de argumentos em favor de suas teses e em refutação das concorrentes.

Lima (2018) conta em seu trabalho que Patrick Charaudeau interpreta o ato de comunicação como um dispositivo do qual fazem parte os modos de organização dos discursos, entendidos como os princípios de organização da matéria linguística para as finalidades comunicativas (Lima, 2018). No caso da finalidade argumentativa, o autor entende que ela se baseia na existência de uma relação entre um sujeito argumentante, a sua proposta para o mundo que provoca um questionamento sobre a legitimidade de outra proposta, e por fim um sujeito

alvo. O ato argumentativo, assim, teria a dupla finalidade de buscar a racionalidade e a influência. (Lima, 2018). A partir disso, Jean Michel Adam propôs um quadro para a estrutura argumentativa, em que se haveria na sequência argumentativa três componentes fundamentais: A tese anterior, os dados e fatos e a conclusão ou tese, os quais interagem com a figura adiante. A tese anterior trata de uma ideia com a qual o texto dialoga e permite o início da argumentação pela sua refutação. Dados e fatos se tratam da natureza de elementos invocados para sustentar a refutação à tese anterior e a asserção da sua conclusão própria, sendo essa asserção fundamental que o discurso visa impor (Lima, 2018).

Figura 4 – A estrutura da Sequência Argumentativa

Tese Anterior + Dados e Fatos (Sustentados por Argumentação) → Portanto → Conclusão/Tese
--

Fonte: Elaboração de Leandro Almeida Lima (2018) baseada em Adam (2008)

O esquema citado será um guia para a análise e comparação das argumentações mobilizadas pelos discursos coletados. A observação da estrutura sequencial como um todo permitirá o exame organizado dos posicionamentos dos atores selecionados com relação com a internacionalização da Amazônia, da mesma forma que os analisar com base na teoria pós colonial das relações internacionais. Por fim, as próximas sessões seguirão apresentando e discutindo os discursos proferidos ao longo dos anos. A primeira sessão apresentará os discursos a favor da internacionalização da Amazônia e uma posterior análise, enquanto a segunda fará o mesmo, porém com os discursos contrários a internacionalização. Por fim, o trabalho se finaliza com a conclusão acerca do tema.

4. OS DISCURSOS POLÍTICOS A FAVOR DA INTERNACIONALIZAÇÃO

4.1. OS DISCURSOS DOS CHEFES DE ESTADO E GOVERNO

Os discursos mais importantes a favor da internacionalização proferidos por Chefes de Estado e de governo ocorrem em momentos específicos: o primeiro deles em entre 1989 e 1992, sendo o último o ano em que foi realizada a Rio+92 ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, momento em que a temática da preservação ambiental ganhou um grande palanque, e entre 2019 e 2020, ano em que as queimadas na floresta amazônica foram os assuntos mais comentados em todo planeta, gerando reações de diversos países em nome do futuro da floresta.

Dessa forma, o primeiro discurso relevante a ser considerado nessa pesquisa foi dito no ano de 1989 pelo então presidente Francês François Mitterrand, que propôs, na conferência em Haia sobre problemas de meio ambiente, a criação de uma entidade internacional para punir crimes ecológicos na Amazônia, que poderia resultar na renúncia de parte da soberania por alguns países. Em sua marcante frase, bastante proferida em diversos trabalhos sobre o tema, o ex-presidente menciona que *"O Brasil tem que aceitar a soberania parcial sobre a Amazônia"*.

Dando prosseguimento, o segundo discurso analisado foi dito pelo então Candidato à Presidência dos EUA em 1989, George Bush, durante um debate a caminho das eleições que o tornaria presidente em um futuro próximo. Em seu discurso, Bush afirmou que *"Os brasileiros pensam que a Amazônia é deles. Não é. Ela pertence a todos nós"*.

Dando prosseguimento, o segundo discurso analisado foi dito por pelo Primeiro Ministro Britânico John Major no ano de 1992, em que o ator em questão sugere um avanço da lei dos países ocidentais, considerada como a correta, mesmo que isso signifique uma intervenção militar. Em seu discurso, Major diz que *"As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum a todos no mundo. As campanhas ecológicas internacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas (sic) sobre a região"*

O ano de 1992 fornece ainda mais discursos, dessa vez da União soviética, que, mesmo não sendo um país ocidental, está inserida historicamente no cenário Europeu enquanto Rússia. Assim, Mikhail Gorbachev, o último líder da União Soviética, deixa claro suas intenções ao dar voz a seus vizinhos Europeus quando disse, embora uma forma mais pacífica que outros líderes,

que a Amazônia deveria ser internacionalizada para sua melhor proteção. Em seu discurso, Gorbachev explicou que *“O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes”*.

Dentre os discursos mais recentes, o mais famoso foi proferido no ano de 2019 pelo atual presidente Francês Emmanuel Macron, em um momento em que as queimadas na floresta Amazônica eram o tema mais debatido no mundo. Nesse sentido, foi na cúpula do G7 que o Francês fez provocações ao governo brasileiro ao deixar em aberto a questão sobre o status internacional da floresta caso um governo tome decisões contra os interesses do resto do mundo. Em seu discurso, Macron cita que *“É uma questão real que se impõe, se um Estado soberano tomar medidas concretas que obviamente se opõem ao interesse de todo planeta”* (Em referência a dar status internacional a floresta). É importante deixar claro que, embora Macron tenha deixado claro em diversas ocasiões que tal opção não era o caminho tomado neste momento e que a soberania de todos deveria ser respeitada no pacote de medidas adotadas, o mesmo disse que a questão da internacionalização deve ser levada em consideração em casos extremos.

Por fim, o último discurso a ser analisado nesta sessão foi proferido no ano de 2020 pelo atual presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em uma entrevista para a entrevista à Americas Quarterly, enquanto Biden ainda era candidato à presidência. O discurso também tem como contexto o momento de cobertura internacional das intensas queimadas que abalaram a floresta amazônica nos últimos anos, e como resultado o candidato propôs organizar o hemisfério e o mundo para prover US\$ 20 bilhões para a Amazônia com intuito de evitar o desmatamento. Entretanto, em um momento da entrevista o candidato deixa claro está disposto a assumir responsabilidades em relação a gestão da floresta caso as autoridades brasileiras não cumpram seu papel. Nesse sentido, Biden indaga que *“O presidente Bolsonaro deve saber que se o Brasil deixar de ser um guardião responsável da Floresta Amazônica, minha administração reunirá o mundo para garantir que o meio ambiente seja protegido”*.

4.2. OS DISCURSOS DE MINISTROS, PARLAMENTARES E OUTROS MEMBROS DO GOVERNO

Além dos chefes de Estado, uma fonte de discursos importante de se analisar é a dos outros atores do governo como ministros e parlamentares, que, embora não estejam a frente de seu país, muito contribuem na tomada e na influência de decisão. Dessa forma, nesse bloco

serão analisados os discursos a favor da internacionalização proferidos por essa categoria, que foram coletados de um período entre 1989 a 2021.

O primeiro discurso analisado foi proferido em 1989, durante uma visita ao Brasil ao Brasil, O então senador e futuro vice-presidente dos Estados Unidos Albert Al Gore Jr, que fazia parte da comitiva dos EUA mencionou um famoso comentário que seria alvo de muitas críticas por autoridades brasileiras, dizendo que *"Ao contrário do que os brasileiros acreditam, a Amazônia não é propriedade deles, ela pertence a todos nós"*. Da mesma forma, Al Gore também mencionou em outra ocasião que *"Acabou a fase de contemporização. Agora é a vez da ação militar, pois os países que têm a Amazônia dela não sabem cuidar"*.

Outro discurso importante proferido por um Norte-Americano ocorreu no mesmo ano, dessa vez pelo do Senador norte-americano Robert Kasten em uma manifestação pública, onde Kasten afirmou que proporia ao Congresso Americano um projeto de lei que proteja a floresta amazônica e que *"a floresta não é apenas do Brasil, ela pertence ao mundo"*. Além disso, Kasten é famoso por outro discurso no mesmo ano, ao reproduzir uma assertiva dita pelo candidato a presidência George Bush em 1989, dizendo que *"Assim como o ozônio, as chuvas, o oxigênio, etc., a Amazônia deve pertencer a todos"*.

Dando foco para a Europa agora, o próximo discurso relevante a ser citado ocorre em 2006, quando o secretário de meio ambiente britânico da época, David Miliband, levantou uma grande polemica. Em seu discurso, Miliband teria dito que seu governo, com ciência e apoio do premiê Tony Blair, proporia num encontro sobre mudanças climáticas no México a *"privatização completa da Amazônia"*. Admitia que o assunto poderia levantar *"questões de soberania com o Brasil, dono da maior parte da floresta tropical, mas o desmatamento é uma questão maciça, e qualquer plano, por mais radical que seja, vale ser estudado"*. Entretanto, no dia seguinte, diante da avalanche de críticas à declaração, o governo britânico emitiu uma nota pública negando a proposta, que dizia que *"O interesse do governo do Reino Unido não é o de apoiar ou promover a compra da Floresta Amazônica, mas, sim, de trabalhar com os colegas brasileiros (e outros países) para apoiar o manejo florestal sustentável"*, afirmava a nota.

Outro exemplo proferido por um Europeu vem em 2005, quando Monica Frassoni, deputada italiana do Parlamento Europeu, em visita ao Brasil em maio defendeu a criação de uma área de proteção internacional na Amazônia. Quando questionada, porém, amenizou seu discurso, dizendo que *"Quando falamos em proteção internacional da Amazônia, não estamos*

falando em tirar a soberania do Brasil sobre a área". Essas duas últimas declarações provocaram reações negativas no governo brasileiro e alimentaram ainda mais a desconfiança de parte dos políticos brasileiros.

Por fim, pode-se citar o discurso proferido em 2021 por Franck Riester, o Ministro do Comércio Exterior da França, durante uma sessão no Senado francês. Riester denunciou explicitamente o governo de Jair Bolsonaro pelas queimadas na floresta e garantiu aos senadores franceses que o governo de Emmanuel Macron não assinará o acordo entre o Mercosul e a União Europeia (UE), tendo em vista que Brasília não mostra ainda o engajamento necessário e *“faz o contrário do que precisa fazer”* em temas ambientais. Franck Riester também criticou o combate ao desmatamento no Brasil, e termina seu discurso ao afirmar que *“A floresta amazônica não pertence apenas aos brasileiros. Mas à humanidade”*, disse. *“Se eles não se moverem, não terão acesso mais fácil ao mercado europeu do que hoje”*, completou.

4.3. OS DISCURSOS DAS FORÇAS ARMADAS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Outro importante ator a ser analisado na internacionalização da Amazônia são as forças armadas dos países em questão, tendo em vista que possuem influência nos governos e são muito importantes para a segurança de suas nações. No caso da internacionalização da Amazônia, foi percebido que as forças armadas brasileiras têm muito mais peso na elaboração de discursos do que as ocidentais, tendo somente um exemplo encontrado das forças armadas a favor da internacionalização. Dessa forma, nessa sessão serão acrescentados também os discursos de organizações internacionais, tendo em vista que também são importantes para colaborar com o debate do tema.

Dessa forma, o discurso em questão das forças armadas se trata do discurso do General Patrick Hugles, na época chefe do Órgão Central de Informações das Forças Armadas Americanas, que em 1998 declarou publicamente, embora tenha sido desmentido logo depois, que os Estados Unidos estariam dispostos a agir em caso de um desastre ambiental na Amazônia. Em suas palavras, Hugles diz que *“Caso o Brasil resolva fazer um uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente nos Estados Unidos, temos de estar prontos para interromper esse processo imediatamente”*.

Agora, dando início ao conjunto de discursos proferidos por atores de organizações internacionais ou pelas próprias, é prudente citar alguns exemplos apenas para contextualizar,

tendo em vista que não serão, com exceção de um, importantes objetos para análise, tendo em vista que o foco desta pesquisa são os atores ocidentais e brasileiros. Dessa forma, se pode citar como discurso de organizações internacionais o que foi dito em 1981 pelo Conselho Mundial de Igrejas Cristãs, esta que é a principal organização ecumênica em nível internacional e que proferiu na ocasião em questão que *"A Amazônia total, cuja maior área fica no Brasil, mas compreende, também, parte dos territórios da Venezuela, da Colômbia e do Peru, é considerada por nós como um patrimônio da humanidade. A posse dessa área pelos países mencionados é meramente circunstancial"*. Além disso, outro exemplo que pode ser citado é o discurso proveniente do Congresso de Ambientalistas Alemães em 1990, em que se foi dito que *"A Amazônia tem que ser intocável, porque é o suprimento de florestas da humanidade"*.

Porém, o discurso que mais importa nessa sessão foi proferido em 2005 durante uma conferência da ONU por Pascal Lamy, Francês presidente da Organização Mundial do Comercio no ano em questão. Tal discurso é importante por ser a tese anterior de outro importante discurso brasileiro, assim como pelo fato de ter causado muita controvérsia na época. Em sua fala, Lamy clama que *"A Amazônia e outras florestas tropicais do planeta deveriam ser consideradas bens públicos mundiais e submetidas à gestão, ou seja, gestão da comunidade internacional"*

4.4. INTERPRETAÇÕES A PARTIR DA TEORIA PÓS COLONIAL DAS RI E DA ANÁLISE DO DISCURSO

Em termos da estrutura de sequência narrativas propostas por Adam, tendo como ponto de partida uma tese anterior que é aceita ou rejeitada, nota-se que os discursos analisados compartilham constantemente a mesma ideia independente do agente que o vocaliza. Além disso, é importante mencionar que, no caso dos discursos a favor da internacionalização, não existem discursos propriamente ditos que sirvam de tese anterior para a elaboração destes, mas sim acontecimentos importantes que despertaram a reação destes atores. Dessa forma, pode-se concluir que os discursos dessa sessão se reafirmam a partir da inspiração em eventos como a Conferência de Estocolmo em 1972, o Relatório Brundtland de 1987, a Conferência Rio+92, Rio+10 e Rio+20, estas que trouxeram ao mundo a importância de se discutir sobre a preservação ambiental e deram aos países um toque de urgência para tomar medidas em relação ao planeta, da mesma forma que se opõem a eventos como o aumento do desmatamento da Amazônia, o aumento das queimadas, etc. A partir dessa "tese anterior", existe a complementação a partir da incorporação de novos dados e fatos, como as estatísticas e a visão

do enunciador de como a floresta seria melhor administrada, até se construir a nova tese, que, em suma, é favorável a internacionalização da Amazônia de algum nível.

No geral, os atores discutidos até o momento apresentam discursos com algumas características similares. A primeira característica interessante é o fato de que, semanticamente, praticamente todas as frases proferidas pelos atores analisados encontram-se no modo imperativo, e dessa forma, expressam uma ordem ou recomendação, como se pode ver em frases como “*O Brasil tem que aceitar*”, “*As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei*”, “*O Brasil deve delegar*”, etc. Pode-se chegar a conclusões em relação a essa posição tomada por países ocidentais, como por exemplo a de se remeter a uma posição de cunho imperialista, tendo em vista que se trata de uma série de países que se sentem no direito de dar ordens a outros levando em consideração a região em que se encontram.

Além disso, é importante mencionar a ambiguidade presente em diversas frases que reforçam a todo momento a afirmação da ideia que “a Amazônia pertence a todos nós”, sendo dita por George Bush, Joe Biden, Al Gore, Robert Kasten e outros. A partir do exposto, é possível notar que a ambiguidade se encontra em “nós”, tendo em vista que não se sabe ao certo se o interlocutor se refere aos habitantes do mundo inteiro ou aos residentes de seu país de origem. Para se responder isso, é importante se perguntar que, mesmo que se refira ao mundo todo, quais países de fato estariam a frente de uma administração conjunta da região amazônica? A resposta, ao se observar a experiência real, claramente levaria em consideração a posição e o poder dos países do sistema internacional, da mesma forma que a história que mostra que os países periféricos na grande maioria das vezes são deixados de lado da tomada de decisão. Como exemplo, se pode citar o conselho de Segurança das Nações Unidas, onde apenas 5 potências possuem poder de veto, ou em organizações internacionais que os países com mais voz são os que mais contribuem financeiramente, como é o caso do FMI. No fim, fica claro que o interlocutor pensa em um grupo seleto de países que compartilham da mesma realidade quando profere “nós” em seu discurso.

Outra questão a ser mencionada é a exploração de quem são os oradores desses discursos, tendo em vista que, embora possa parecer circunstancial, tais informações são importantes para interpretação devido aos preceitos da análise do discurso, que, além das propriedades formais da língua, também se utiliza na busca do sentidos em conjunturas históricas e sociais. Dessa forma, se pode perceber que os interlocutores são, em sua esmagadora maioria, homens brancos em posição de poder em países relevantes para o sistema

internacional que dispõe de uma grande quantidade de recursos econômicos e militares. Assim, tais homens acreditam que, a partir de sua experiência e instrução avançadas, tem o dever de levar os bons modos e a civilização para locais cujos povos não tiveram os mesmos privilégios.

Ademais, é possível se analisar as conjunturas históricas, em que se pode dividir os discursos em dois grupos distintos, tendo como referência a rigorosidade das palavras de acordo com os acontecimentos em questão. Dessa forma, se pode notar que os discursos proferidos entre 1989 e 2003 são mais rígidos e diretos em relação a internacionalização, não se importando com direitos internacionais como a soberania e a autodeterminação dos povos, presentes na carta da ONU. Se supõe assim que tais atitudes podem ocorrer devido ao momento histórico vivido pelo ocidente no final da guerra fria com a ascensão dos EUA como única e incontestável potência global, da mesma forma em que se foi presenciado diversas intervenções ocidentais em países periféricos, como é o caso do Afeganistão, Iraque e outros. Por outro lado, o período após 2004 os discursos são mais cuidadosos e se apegam muito mais a ideia de preservação ambiental para sugerir a internacionalização, em uma tentativa clara de não desrespeitar nas palavras a soberania Brasileira. Tais atitudes podem ocorrer, por sua vez, devido a ascensão da importância dos países emergentes no sistema internacional, assim como pelo fato dos temas ambientais terem ganhado uma urgência maior.

Além disso, outro ponto fundamental da análise do discurso a se mencionar é a questão da ideologia. Assim, é possível notar que o conjunto de discursos analisados representam uma formação ideológica em que as forças mantêm entre si relações de aliança em prol de se sustentar o argumento da internacionalização da Amazônia. Nessa formação, foi possível a observação de quatro argumentos importantes que são constantemente utilizadas como argumentos para se justificar e sustentar a ideologia favorável à internacionalização da Amazônia defendida por tais atores.

O primeiro argumento consiste no fato de os discursos em questão verem a Amazônia unicamente como uma floresta composta por uma fauna e flora única que, visando à sobrevivência da Humanidade, deve ser preservada a todo custo. Assim, seguindo o pensamento de Daniela Picq, é demonstrado por meio dos discursos que a região Amazônica ainda é vista no cenário internacional como um espaço selvagem e fora do Estado Moderno, que resiste às forças externas de modernização e que o ocidente interpreta como uma alteridade bárbara a ser conquistada e civilizada, e que deve ser preservada em benefício do ocidente. Além disso, é importante se mencionar o fato de que, enquanto dão foco para a diversidade ecológica, o

ocidente em seus discursos ignora completamente a existência de povos e grandes cidades existentes nessa região, não dando pistas assim sobre o que a internacionalização traria para tais residentes que seriam diretamente impactados com uma intervenção internacional, o que pode demonstrar tanto uma ignorância quanto desprezo.

O segundo argumento em comum é do pensamento de que a Amazônia é um território do interesse da Humanidade, devendo assim ser gerido como um organismo supranacional e, assim, contar com mais países com autoridade decisória para participar de sua administração. Como se pode ver, diversos atores se apegam a essa ideia para construir seu discurso, como é o caso de Franck Riester, Robert Kasten, Pascal Lamy, Emanuel Macron e outros, e está claro que tais atores apoiam tal ponto de vista pois creem que seus países têm muito a contribuir para a preservação da floresta. Entretanto, tal visão pode ser prejudicial de acordo com a interpretação da teoria pós-colonial das RI, nesse parágrafo sendo traduzida pela vertente de Spivak. Dessa forma, por mais que suas intenções sejam boas, tais atitudes são um reflexo da tentativa da Europa de apresentarem-se como a voz dos interesses dos subalternos, que nesse caso são os países e povos da região amazônica. Logo, a Amazônia perde sua voz na medida em que outros países assumem a responsabilidade de preservação, embora sem realmente compreender suas necessidades e desejos.

O terceiro argumento, por sua vez, está na visão de os atores internacionais olharem os países sul-americanos como subdesenvolvidos e, assim, terem instituições incapazes de estabelecer e manter um modelo eficiente e duradouro de governança de preservação. Esse pensamento fica bastante claro ao se analisar discursos com o de Al Gore, David Miliband, Joe Biden, Emanuel Macron, etc., e se complementam por fim por meio de um quarto argumento, que consiste no recurso discursivo utilizado para diferenciar os países ocidentais dos países em que a Amazônia se encontra, em uma situação que o ocidente se coloca como superior e detentor das boas práticas de preservação e gestão do território, diferente dos atuais soberanos. Tais visões podem ser traduzidas com a obra “O orientalismo” de Edward Said, tendo em vista que, da mesma forma que o Orientalismo é uma representação falseada da realidade do “mundo oriental”, com identidades essencializadas, tal representação também se aplica a realidade amazônica. Nesse sentido, é possível ver que tanto a região amazônica como América Latina como um todo foram construídas da mesma forma, em uma situação em que se levou em consideração somente a visão do colonizador. Assim, nessa região sua população é vista como atrasada e primitiva, sendo então incapaz de ser portadora de um projeto civilizatório e que cumpra os objetivos de desenvolvimento e preservação exigidos internacionalmente.

Em suma, fica claro o fato de que esses discursos não são apenas palavras, tendo em vista que trazem significados à medida que são analisados a partir de um contexto sócio-histórico. A partir deste esboço, é possível observar com as análises uma tentativa de deslegitimar os atores contrários a internacionalização da Amazônia por meio de sua categorização como inimigos do planeta, irresponsáveis ecologicamente e compactuantes com desmatamento e a opressão social. Além disso, é possível notar que tais discursos não são isolados, uma vez que representam um pensamento compartilhado por diversas pessoas ao longo da história e que podem assim ser interpretados por uma análise pós-colonial, que demonstra como um passado de dominação e subjugamento ainda influencia no pensamento ocidental e o faz se ver como superior. No fim, as três últimas sessões apresentaram discursos importantes que servirão como tese anterior para a maioria dos discursos proferidos pelos atores brasileiros contra a internacionalização da Amazônia, que serão apresentados a seguir.

5. OS DISCURSOS POLÍTICOS CONTRÁRIOS À INTERNACIONALIZAÇÃO

5.1. OS DISCURSOS DOS CHEFES DE ESTADO E GOVERNO

Os discursos mais importantes encontrados que foram proferidos por Chefes de Estado, em sua maioria brasileiros, referentes uma posição contrária a internacionalização, por sua vez, ocorrem entre os anos de 2000 e 2020, um período em que diversas vezes a temática da preservação ao meio ambiente e desmatamento fez da Amazônia brasileira o centro das atenções do planeta. Nesse cenário, serão analisadas três presidências diferentes, a de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e de Jair Messias Bolsonaro, assim como um ator internacional, que é o Papa Francisco.

Dessa forma, o primeiro discurso relevante a ser considerado nessa pesquisa foi dito no ano de 2000 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, ao defender o Programa Piloto de Preservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7), que serve de tese anterior, e tentar convencer a opinião pública brasileira que o projeto não feria a soberania brasileira. Em seu discurso, o presidente menciona seu compromisso pela defesa com a Amazônia, e diz que *“a resistência à internacionalização da Amazônia é de todos os brasileiros, a começar por mim próprio, e não apenas da área militar”*.

A próxima gestão a ser analisada é a de Luís Inácio Lula da Silva, que já se manifestou diversas vezes sobre o assunto em questão. Um desses discursos foi proferido no ano de 2007, que tem como tese anterior a crítica de ambientalistas estrangeiros que apontavam que o álcool

poderia ser uma ameaça à floresta amazônica devido ao auge dos planos de expansão da produção do etanol. Como resposta, o presidente Lula criticou a interferência internacional dos assuntos internos do Brasil e proferiu que *"Não aceitamos a ideia que está sendo passada ao mundo de que estamos plantando cana-de-açúcar na Amazônia. Primeiro, porque a Amazônia é nossa e nós, soberanamente, temos de decidir como cuidar da floresta"*.

O segundo discurso proferido por Lula se dá em 2008 durante o Fórum econômico organizado pelo ex-ministro Reis Velloso, no BNDES, no Rio de Janeiro. Na ocasião, o presidente reagiu a famosa notícia de que um empresário sueco teria dito que a floresta amazônica poderia ser comprada por US\$ 50 bilhões, que serve de tese anterior. Irônico, Lula criticou as grandes potências globais por querer interferir nos assuntos ambientais brasileiros enquanto muitos contribuem para a destruição dos ecossistemas globais, dizendo que *"É muito engraçado que os países que são responsáveis por 70% da poluição do planeta agora ficam de olhos na Amazônia da América do Sul, como se fôssemos apenas de nós a responsabilidade de fazermos o que eles não fizeram durante todo o século passado. O mundo precisa entender que a Amazônia brasileira tem dono de que aquilo, e o dono da Amazônia é o povo brasileiro"*.

Por fim, ainda em 2008 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou a postura de países que defendem a internacionalização da Amazônia durante o lançamento de programa de financiamento à agricultura familiar. Em seu discurso, o presidente defendeu que a gestão do território amazônico é um assunto do Brasil e que os Estados Unidos não gostariam que outras nações sugerissem que a Nasa, a agência espacial americana, deixasse de pertencer àquele país. Em suas palavras, Lula disse que *"[Dizem que] a gente está desmatando a Amazônia. É outro discurso que a gente não pode aceitar, porque se tiver um problema nosso, é nosso, nós vamos brigar. Mas [sugerem que] vamos internacionalizar o aquífero Guarani porque não sabemos tomar conta, mas ninguém quer internacionalizar a Nasa. Quando descobrem um medicamento importante para uma doença, porque não transformam em patrimônio da humanidade e todo mundo tem acesso?"*

Para quebrar a sequência de atores brasileiros é relevante citar o discurso do Papa Francisco, chefe de estado do Vaticano que, embora sendo um país Europeu, agora tem um líder sul americano. Na ocasião, Francisco discursou em 2019 no Sínodo da Amazônia, tendo como tese anterior os discursos de Bolsonaro e Macron sobre as queimadas que assolavam a floresta no ano em questão. Em seu discurso, o Papa profere críticas a ambos os lados, dizendo que *"Por isso, a solução não está numa 'internacionalização' da Amazônia, mas a*

responsabilidade dos governos nacionais torna-se mais grave."[...] *"não podemos permitir que a globalização se transforme num novo tipo de colonialismo"*. Além disso, o papa também afirma que slogans como "não entregar" a Amazônia é erradamente associada a *"países estrangeiros, quando os próprios poderes locais, com a desculpa do progresso, fizeram parte de alianças com o objetivo de devastar, de maneira impune e indiscriminada, a floresta com as formas de vida que abriga"*.

Voltando o foco aos presidentes brasileiros, agora o destaque vai para Jair Bolsonaro, que possui um grande conjunto de discursos proferidos em relação ao tema. O primeiro dos discursos analisados ocorre já em 2019 durante seu discurso na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em que, a partir da tese anterior o discurso do presidente da França, Emmanuel Macron, defendeu a soberania sobre a região amazônica brasileira, sustentou que as informações sobre as queimadas na Amazônia foram inflacionadas pela mídia internacional. Em seu discurso, Bolsonaro disse que *"Agradeço aqueles que não aceitaram levar adiante essa absurda proposta (de internacionalização da Amazônia, sugerida por Macron, que inflamou em Bolsonaro a defesa da soberania) [...]* A ONU pode ajudar a derrotar o ambiente multilateralista e ideológico, que compromete alguns princípios básicos da dignidade humana".

Outro discurso relevante proferido por Bolsonaro que tem como tese anterior o discurso de Macron ocorre também em 2019, porém agora em uma entrevista dada pelo presidente na saída do Palácio do Planalto. Em suas palavras, Bolsonaro exime o governo da culpa do grande aumento das queimadas na floresta amazônica, e culpa as Ongs atuantes na região de estarem promovendo incêndios, ao dizer que *"O crime existe, e isso aí nós temos que fazer o possível para que esse crime não aumente, mas nós tiramos dinheiros de ONGs. Dos repasses de fora, 40% ia para ONGs. Não tem mais. Acabamos também com o repasse de dinheiro público. De forma que esse pessoal está sentindo a falta do dinheiro"* [...] *"Então, pode estar havendo, sim, pode, não estou afirmando, ação criminosa desses 'ongueiros' para chamar a atenção contra a minha pessoa, contra o governo do Brasil. Essa é a guerra que nós enfrentamos"*.

O terceiro discurso se dá pela participação de Jair Bolsonaro por vídeo em reunião sobre a Amazônia, em Leticia, na Colômbia, no ano de 2019, onde o presidente alertou países vizinhos sobre o risco à soberania no controle da floresta devido a interesses internacionais, tendo como tese anterior o discurso de Macron. Em seu discurso, Bolsonaro cita que *"O apelo que eu faço aos amigos presidentes, aos representantes dos países que estão aí nesse momento,*

que se atentem: nós temos o que outros países não têm. Não podemos ser meros exportadores de commodities” [...] “Ele [Macron] se precipitou, mas um plano para tornar essa grande área um patrimônio mundial ainda está no tabuleiro do jogo”.

O ano de 2020 também é marcado por discursos de Bolsonaro referentes a internacionalização da Amazônia, tendo o primeiro ocorrido durante a Cúpula da Biodiversidade das Nações Unidas. Durante o encontro, o presidente, sem provas, voltou a culpar Ongs por crimes ambientais, da mesma forma que ainda defendeu soberania brasileira sobre a Floresta Amazônica, alvo de cobiça internacional. Em suas palavras, e partindo de críticas que recebeu sobre as queimadas de tese anterior, Bolsonaro diz que *"Rechaço de forma veemente a cobiça internacional sobre a nossa Amazônia. E vamos defendê-la de ações e narrativas que agredam a interesses nacionais", [...] "não aceitaremos informações falsas e irresponsáveis sirvam de pretexto para a imposição de regras internacionais injustas, que desconsiderem as importantes conquistas ambientais que alcançamos em benefício do Brasil e do mundo".*

Por fim, se pode citar a resposta de Bolsonaro a proposta do atual presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em uma entrevista para a entrevista à Americas Quarterly, enquanto Biden ainda era candidato à presidência. Bolsonaro critica a atitude de Biden de prover US\$ 20 bilhões para a Amazônia para que o Brasil parasse de destruir a floresta, e diz em seu discurso, a partir do uso como tese anterior do discurso de Biden, que *"o Brasil mudou. Hoje, seu Presidente, diferentemente da esquerda, não mais aceita subornos, criminosas demarcações ou infundadas ameaças". [...] "Nossa soberania é inegociável",* completou Bolsonaro, e citou também uma suposta *"cobiça internacional pela Amazônia".*

5.2. OS DISCURSOS DE MINISTROS, PARLAMENTARES E OUTROS MEMBROS DO GOVERNO

Assim como feito nos discursos a favor, também será feita uma análise dos discursos contrários a internacionalização de outros atores do governo como ministros e parlamentares, que, embora não estejam a frente de seu país, muito contribuem na tomada e na influência de decisão. Dessa forma, nesse bloco foram coletados discursos de um período entre 1999 a 2021.

O primeiro discurso a ser analisado é proferido pelo Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) em 1999, que clama para que o então presidente Fernando Henrique Cardoso rechace, com vigor, as tentativas que poderiam ser feitas para limitar a soberania brasileira

sobre a Amazônia durante a reunião do G-7 a realizar-se em Florença, no final de novembro, onde FHC foi convidado por Bill Clinton a ser observador. Citando artigo do jornalista Carlos Chagas, publicado no jornal Correio Braziliense, Mozarildo, tomando como tese anterior o discurso de outros presidentes norte-americanos, afirmou que os países ricos vão lançar uma "isca" ao governo brasileiro acenando com o abatimento de parte de nossa dívida externa em troca de compromissos, *"uma espécie de cessão parcial de nossa soberania na Amazônia, em nome da preservação do que chamam pulmão do mundo"*.

O ano de 2000, por sua vez, traz um dos discursos mais famosos sobre a temática proferido pelo ex-governador Distrito Federal Cristovam Buarque. Durante debate em uma Universidade nos Estados Unidos, Buarque foi questionado sobre sua opinião sobre a internacionalização da Amazônia, e sua resposta resulta em um longo discurso em que o político defende que, se é preciso internacionalizar a Amazônia por ser um bem da humanidade, seria necessário internacionalizar outros bens tão importantes quanto a floresta. Em suas palavras, Buarque diz que *"De fato, como brasileiro eu simplesmente falaria contra a internacionalização da Amazônia. Por mais que nossos governos não tenham o devido cuidado com esse patrimônio, ele é nosso. Como humanista, sentindo o risco da degradação ambiental que sofre a Amazônia, posso imaginar a sua internacionalização, como também de tudo o mais que tem importância para a humanidade. Se a Amazônia, sob uma ética humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro. [...] Como humanista, aceito defender a internacionalização do mundo. Mas, enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa!"*

O terceiro discurso, por sua vez, é feito em 2005 pelo então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, tomando como tese anterior o pronunciamento do Francês Pascal Lamy, Presidente da Organização Mundial do Comércio no ano em questão, discurso este já citado nesse trabalho e que gerou muita indignação no Brasil. Em sua resposta, Amorim considerou as declarações do sr. Lamy inaceitáveis porque *"revelam uma visão preconceituosa, que subestima a capacidade dos países em desenvolvimento de gerenciar, de forma soberana e sustentável, os seus recursos naturais"*.

Voltando ao Senado, agora será falado dos discursos de Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) e Arthur Virgílio (PSDB - AM) durante a 41ª Sessão Deliberativa Ordinária, no Senado Federal em abril de 2007. No discurso em questão, Mozarildo Cavalcanti menciona que durante a Comissão de Relações Exteriores foi apreciado um voto de aplauso ao ex-vice-Presidente dos

Estados Unidos Al Gore, pelo seu filme intitulado “Uma Verdade Inconveniente”, e que votou contra devido a ser “*um homem da Amazônia, nascido na Amazônia*” e, tomando como tese anterior o discurso so de 1989 de Al Gore e outros líderes mundiais da época já citados nessa pesquisa, como Mitterrand e Gorbachev, Cavalcanti menciona que “*essa foi uma verdade também muito inconveniente, porque é uma verdade mesmo que os grandes líderes mundiais querem a Amazônia.*” Além disso, o Senador Arthur Virgílio pediu um aparte para dar sua opinião sobre o assunto, dando sua experiência pessoal para relatar as reais intenções da empresa Arkhos Biotech na Amazônia, assim como expande seu raciocínio para abarcar na tese anterior outros líderes mundiais, dizendo que “*Não são virtuais as palavras de Margaret Thatcher, de Al Gore, de Mitterrand, de Tony Blair, de todos esses estadistas que têm culturalmente a ideia de que a Amazônia não é brasileira, de que a Amazônia é uma entidade que mereceria ser um protetorado da ONU. Portanto, quero só o advertir de que também cai nessa. digo mais: seja inimigo virtual, Presidente Casagrande, seja inimigo real, meu dever é defender minha região*”.

O próximo discurso a ser analisado foi proferido em 2008 pelo então Ministro do meio ambiente Brasileiro Carlos Minc, que toma como tese anterior a famosa notícia publicada pelo New York Times no mesmo ano intitulada “De quem é a Amazônia, afinal?”, em que O jornal menciona que um coro de líderes internacionais estava declarando mais abertamente a Amazônia como parte de um patrimônio muito maior do que apenas das nações que dividem o seu território. Como resposta, Minc defende a soberania brasileira ao dizer que “*Quem faz uma proposta dessas deveria passar por uma requalificação psicológica, tal o disparate que contém. Os donos da Amazônia somos nós.*”

A partir desse ponto, uma série de discursos proferidos no ano de 2019 por membros do governo que tem como tese anterior o pronunciamento do Presidente Francês, Emanuel Macron, discurso este já citado nesse trabalho. O primeiro deles que se pode citar é do Senador (Pros-AL) e Ex-Presidente da República Fernando Collor, que durante plenária discursiva que as queimadas da Floresta Amazônica estavam afetando a imagem do país e pondo em risco a posição de prestígio que Brasil ocupa no debate internacional sobre meio ambiente. No entanto, para o parlamentar, essa questão não corresponde à realidade, e que “*O Estado tem plena consciência da responsabilidade com relação à preservação da Amazônia*”, disse Collor, complementando ao dizer que “*Não cabemos, portanto, nas acusações imerecidas de que fomos alvo nos últimos dias. E não admitimos, nem minimamente, declarações descabidas sobre a hipótese irreal e impossível de internacionalização da Amazônia*”.

Da mesma forma, quem também responde ao presidente Francês foi Onyx Lorenzoni, Ministro da Casa Civil do Brasil no ano de 2019, durante uma reunião-almoço, em agosto, no Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS), em Porto Alegre, em que disse em tom enfático sobre a suposta internacionalização que *“Ninguém vai botar a mão aqui, não”*. Além disso, em entrevista após a palestra na entidade, ele reiterou que “o meio ambiente é uma bandeira” e não teme a falta de apoio de países europeus quanto aos problemas enfrentados pela região, dizendo que *“Não tenho temor. Os partidos de esquerda da Europa têm dois propósitos: confrontar com o capitalismo e usar como instrumento de bloqueio para acesso de bens e produtos”*, que por fim chamou de “bobagem” e ‘fake News’ uma foto postada nas redes sociais pelo presidente francês Emmanuel Macron, que utilizou uma foto antiga da Amazônia para criticar as queimadas.

Outro relevante discurso a ser citado é do Vice-Presidente do Brasil Hamilton Mourão, que em resposta à declaração do presidente francês acaba ecoando a maioria dos discursos proferidos por membros do governo Bolsonaro de que a Amazônia é “nossa casa” e seus problemas “nos dizem respeito”. Dessa forma, Mourão é incisivo ao declarar publicamente que as intenções dos atores internacionais na Amazônia são levianas e que o *“ecoradicalismo”* se utiliza *“da velha ambição disfarçada por filantropia de fachada”*, numa insinuação de que investimentos de países na Amazônia teriam como função maquiar um interesse a quebra da soberania brasileira. Além disso, Mourão tenta em outra ocasião tirar o foco da gravidade dos incêndios na floresta ao mencionar que transformar os incêndios em crise *“é má-fé de quem não sabe que os pulmões do mundo são os oceanos, não a Amazônia”*.

Por fim, se pode citar o discurso de Ernesto Araújo em 2019, que, por meio do Twitter, manifestou sua indignação em relação ao discurso proferido pelo presidente Francês, da mesma forma listou êxitos do governo Bolsonaro para declarar que a esquerda está propagando “mentiras” que levam a “uma campanha internacional feroz e injusta na área ambiental”. Em seu discurso, Araújo questiona *“Por que o Brasil está sendo alvo de uma campanha internacional tão feroz e injusta no tema ambiental? Simples. Porque o governo do PR Bolsonaro está reerguendo o Brasil. A “crise ambiental” parece ser a última arma q resta no arsenal de mentiras da esquerda p/ abafar esse fato.”*

5.3. OS DISCURSOS DAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL

Por fim, o conjunto de discursos coletados se finda com a exposição de um ator fundamental para se entender a internacionalização da Amazônia segundo a visão brasileira, que são as forças armadas, tendo em vista que possuem influência nos governos ao longo do tempo e são fundamentais para a segurança do território e para a defesa da soberania. Assim, o primeiro discurso coletado visa demonstrar o quão antiga é a preocupação das forças armadas brasileiras com a defesa da floresta amazônica. Ele consiste na fala de Rodrigo Octavio Jordão, que chefiou o Comando Militar da Amazônia, sobre a proteção da região. Tal discurso, proferido no ano de 1968, é um resumo da visão que os militares possuem da Amazônia que será discutido na próxima sessão, uma vez Jordão profeta que *“Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados de conquistá-la e mantê-la”*.

A partir daqui todos os discursos coletados tem como tese anterior o discurso proferido pelo Presidente Francês Emanuel Macron em 2019, que afirmou que pretendia discutir queimadas e o desmatamento da Amazônia na próxima cúpula do G7, como já foi evidenciado nesse trabalho. Para se iniciar, se pode citar o comentário do general Edson Leal Pujol, que na época foi Comandante-Geral do Exército Brasileiro e que não costuma dar declarações públicas, foi curto ao responder ao francês que *“Aos incautos que insistem em tutelar os desígnios da brasileira Amazônia, não se enganem”*. Além disso, na mesma linha também se pode citar O general Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo, que criou uma conta no Twitter para expor sua opinião e explanou em resposta que *“O presidente francês é absolutamente desqualificado para fazer a observação imprópria que fez. A reação brasileira precisa ser contundente em todas as áreas possíveis”*.

Outra grande figura das forças armadas que se manifestou no final de agosto sobre o assunto foi o Ex-comandante do Exército brasileiro, o general Eduardo Villas Bôas, que considera que a França não tem *“autoridade moral”* para tratar do assunto, mencionando testes nucleares realizados pelo país europeu na Polinésia Francesa a despeito de protestos internacional, e por fim coloca o Brasil em posição de vítima ao declarar que *“Com uma clareza dificilmente vista, estamos assistindo a mais um país europeu, desta vez a França, por intermédio de seu presidente, Macron, realizar ataques diretos à soberania brasileira, que inclui, objetivamente, ameaças de emprego do poder militar”*.

Por fim, se pode citar o general Augusto Heleno, que foi comandante militar da Amazônia e Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia. Em seu discurso, Heleno desqualifica o argumento internacional de que a Amazônia é um bem comum do planeta ao dizer que *“essa história de que a Amazônia é patrimônio da humanidade (...) é uma grande bobagem”*, da mesma forma que diz que tais teses não são feitas em nome da preservação ambiental, mas sim para impedir o Brasil de se desenvolver. Em suas palavras, o geral diz que *“Querem frear nosso inevitável crescimento econômico. Filósofos de barzinho, e até chefes de Estado, que jamais estiveram na Amazônia, propagam suas teses insustentáveis”*.

5.4. INTERPRETAÇÕES A PARTIR DA TEORIA PÓS COLONIAL DAS RI E DA ANÁLISE DO DISCURSO

Em termos da estrutura de sequência narrativas propostas por Adam, é possível notar a partir de uma análise mais profunda que os discursos contra a internacionalização da Amazônia também compartilham constantemente a mesma ideia independente do agente que o vocaliza. Dessa forma, pode-se verificar que os discursos brasileiros são homogeneamente constituídos a partir da incorporação crítica dos discursos a favor da internacionalização, em especial os discursos de Al Gore (1989), Joe Biden (2020) e Emanuel Macron (2019), que são constantemente citados pelos brasileiros e servem assim de tese anterior. A partir disso, Dados e Fatos são adicionados de forma a construir a própria tese e assim questionar os projetos para a floresta. Por fim, a nova tese é formada, que, em suma, é conta a qualquer tipo de proposta que flerte com algum nível da internacionalização da Amazônia. Além disso, é importante notar que, ainda, os discursos nessa sessão também são utilizados para invalidar os dados e fatos do discurso dos atores a favor da internacionalização acerca da real gravidade do desmatamento e das queimadas.

No geral, os atores discutidos nas três últimas sessões apresentam discursos com algumas características similares. A primeira delas é o fato de que, semanticamente, praticamente todas as frases proferidas pelos atores analisados apresentam marcadores que demonstram que os interlocutores estão na defensiva contra uma ameaça, nesse caso estrangeira, podendo em muitos dos discursos até mesmo se passar por vítima. Diversas passagens demonstram tal ponto de vista, como é o caso de *“estamos assistindo a mais um país europeu, realizar ataques diretos à soberania brasileira”*, *“Por que o Brasil está sendo alvo*

de uma campanha internacional tão feroz e injusta”, “lutarei para que a Amazônia seja nossa”, “Rechaço de forma veemente a cobiça internacional”, etc.

Na mesma linha, é possível notar que existe uma dualidade com relação ao uso das palavras no momento em que tais atores proferem discursos em defesa da soberania da Amazônia, tendo em vista que, dependendo do ambiente que proferem o discurso, adotam uma postura ou de fraqueza ou de força. Assim, é possível notar que, nos discursos feitos internacionalmente, os interlocutores brasileiros proferem discursos em posição mais defensiva ao denunciar o abuso de países internacionais ao tentar interferir no seu território, como é o caso dos discursos de Jair Bolsonaro na ONU, enquanto os discursos proferidos em território nacional para brasileiros apresentam marcadores de força e de coesão, como é o caso do uso do plural na elaboração das frases em *“Não aceitamos a ideia”*; *“todos tem o dever de resistir”*, etc. Dessa forma, isso é uma clara tentativa do interlocutor de mostrar aos residentes do país que o governo tem capacidade de se defender, assim como trazer o ouvinte para o debate do tema e gerar coesão nacional.

Ainda com relação a interpretação das palavras, é possível notar uma diferença com o uso do “nós” entre os discursos a favor e os discursos contrários a internacionalização. Isso ocorre tendo em vista que, enquanto os discursos a favor utilizam o “nós” de forma ambígua e redutiva ao se referir apenas a alguns países ou grupos, nos discursos contrários o termo “nós” é utilizado de forma aditiva e sem nenhuma ambiguidade, ao englobar todo e qualquer brasileiro na temática de defesa do seu território. Para isso, o orador se utiliza de jargões nacionalistas, dando responsabilidade de defesa do território a todos os brasileiros, da mesma forma que encontra no ator internacional um inimigo externo para colocar a culpa e desviar a atenção dos problemas gerados pelos atores nacionais relacionados a temática ambiental. Dessa forma, o problema do desmatamento é tirado de foco para dar lugar a uma possível intervenção estrangeira.

Outro ponto importante de se mencionar é a exploração de quem são os interlocutores desses discursos, que como já explicado, é uma parte importante da análise do discurso. Assim, por surpresa, é possível notar que, mesmo sendo um país periférico, o Brasil, assim como os atores ocidentais, possui como interlocutores em sua esmagadora maioria, homens brancos em posição de poder em um país relativamente relevante para o sistema internacional e que, mesmo em menor quantidade, possuidor grandes recursos econômicos e militares. Assim, tais homens

também acreditam que, a partir de sua experiência e instrução avançadas, tem o dever de levar os bons modos e a civilização para locais cujos povos são barbarizados.

Dessa forma, fica evidente que a lógica colonial ocidental empregada durante a colonização da América foi ressignificada pelo Estado Brasileiro em uma concepção da Amazônia como um espaço a ser conquistado, desbravado, explorado e colonizado, tendo em vista que, segundo sua visão, a região não é civilizada como o resto do país e se trata somente de florestas que poderiam ser exploradas para trazer o desenvolvimento econômico do país. Logo se chega à conclusão que, mesmo defendendo pontos de vista e ideologias diferentes, tanto o ocidente quanto o Brasil compartilham uma visão errônea sobre a Amazônia que negligencia seus povos e cidades.

Tal visão pode ser interpretada pela teoria pós colonial das relações internacionais através do ponto de vista de Quijano e a colonialidade, tendo em vista que a herança da colonização faz com que o brasileiro, mesmo em um país periférico, pense pela lógica eurocêntrica e busque o máximo possível se parecer com um ator ocidental, o que resulta em uma diferenciação entre o brasileiro branco com o brasileiro amazônico, assim como na promoção por fim uma naturalização dos preconceitos e violências promovidas pelo colonizador. Além disso, um paralelo pode ser feito com o trabalho de Fanon, à medida que se percebe a utilização da ideia de raça como estratégia de subordinação e hierarquização entre os povos no Brasil, em que os atores brasileiros já se vestem com uma máscara branca em busca da representação ideal que o ocidental é, ao passo em que nega suas origens e trata a Amazônia como bárbara. O maior expoente dessa linha de pensamento são os militares que, assim como o governo, veem a Amazônia como um espaço vazio. Na visão das Forças Armadas, e de seus intelectuais militares, a Amazônia representa a última fronteira a ser conquistada e incorporada ao Estado brasileiro, e para isso o exército busca garantir a soberania nacional com a força das armas (Haag, 2008).

Além disso, uma das descobertas mais interessantes de se concluir nessa sessão é de que, dentre conjunturas históricas analisadas, é possível concluir que não importa o ano, partido ou ideologia seguida pelo interlocutor, os discursos têm praticamente o mesmo conteúdo com as mesmas ideias. Tal situação pode ser bem exemplificada com a análise dos discursos dos chefes de Estado do Brasil, tendo em vista que Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Lula (PT) e Jair Bolsonaro (Antes PSC, atualmente do PL), mesmo representando agendas e ideologias totalmente diferentes que vão tanto da esquerda quanto a direita, concordam veemente na defesa

da soberania brasileira na Amazônia e não hesitam em desviar a atenção de problemas ambientais em seus governos ao chamar a atenção da população e do mundo para uma incerta intervenção internacional.

Entretanto, o que diferencia tais grupos políticos no Brasil é o recurso da refutação do argumento internacional pela acusação ideológica. Nesse sentido, ideologia representa uma carga semântica típica do sentido comum, de tom pejorativo e necessariamente contrário aos interesses brasileiros. Dessa forma, enquanto os interlocutores mais favoráveis às tendências da esquerda culpam os países ocidentais imperialistas de cobiçarem a Amazônia, os culpados para tal fardo se tornam a esquerda internacional quando os discursos são proferidos pelos oradores da direita.

Ademais, além da análise das palavras e orações, outro ponto fundamental da análise do discurso a se mencionar é a questão da ideologia e a interpretação das ideias por trás dos discursos analisados até agora, que, a partir de simples palavras, buscam manter o regime atual para a gestão da floresta amazônica. Assim, é possível notar que o conjunto de discursos analisados representam uma formação ideológica em que as forças mantêm entre si relações de aliança em prol de se sustentar o argumento contrário à internacionalização da Amazônia. Nessa formação, foi possível a observação de argumentos importantes que são constantemente utilizadas para se justificar e sustentar a ideologia favorável à internacionalização da Amazônia defendida por tais atores.

Dessa forma, ao se analisar os discursos proferidos por atores brasileiros, é possível notar que, independentemente do teor dos discursos proferidos por atores internacionais, o país quase sempre os interpreta como uma ameaça externa à soberania, dando vida assim ao fantasma da internacionalização da Amazônia. Como já visto, o receio de conspiração internacional para ocupação e exploração da Amazônia está presente por boa parte da história do Brasil, sendo que, embora a Amazônia figurasse para o país como um lugar com grandes riquezas desde o início da colonização, a ideia de integração nacional só ganhou contornos a partir da segunda metade do século XX. Dessa forma, a tese da defesa da soberania é um dos principais pilares da argumentação brasileira e é reforçada em praticamente todos os discursos.

Além disso, outro argumento utilizado consiste na utilização do direito de igualdade, tendo em vista que, para os atores brasileiros, o argumento ocidental em relação a internacionalizar a Amazônia brasileira que propõe uma redução no exercício da soberania do Estado com o intuito de facilitar um tratamento internacional do problema ecológico, se

complica à medida que tal discurso só é aplicado aos recursos naturais dos países menos desenvolvidos, sem que as nações de maior desenvolvimento concordem ao mesmo tempo em partilhar sua riqueza e prosperidade com os demais povos. Dessa forma, a tese ocidental só teria objetivos imperialistas mascarados de intenções ambientais, que são denunciadas pelos atores brasileiros sem nenhum tipo de filtro em uma situação que muitas vezes até se citam os nomes e discursos específicos dos interlocutores ocidentais, como é o caso dos discursos dos Senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) e Arthur Virgílio (PSDB - AM).

Além disso, outro argumento importante utilizado pelos atores brasileiros é a utilização da história colonial europeia para legitimar sua defesa a soberania e deslegitimar a tese dos atores ocidentais de defesa do meio ambiente. Dessa forma, estrutura-se tal tese pela introdução de dados e fatos relacionados ao direito inalienável a soberania brasileira e ao questionamento referente a exemplos já ocorridos durante séculos e que ainda ocorrem para acusar o ocidente de ter intenções exploratórias com a floresta amazônica, argumentando no sentido de desqualificar os governos estrangeiros como protetores da floresta e nomeá-los assim como exploradores. Nesse sentido, é interessante o discurso do Papa Francisco, que, mesmo sendo chefe de Estado de um país Europeu, sua origem Sul-Americana o faz ter uma visão por fora do ocidente e o permite refletir sobre a devastação ambiental já promovida pelos países ocidentais. Além disso, é possível observar que os atores brasileiros tentam deslegitimar a tese a favor da internacionalização da Amazônia, seja por preocupações ambientais ou qualquer outra, a partir da utilização de recursos linguísticos que tratam os defensores da tese como inimigos da pátria, não nacionalistas, “entregacionistas”, assim como opressores do desenvolvimento brasileiro.

A partir disso, começam aparecer os “verdadeiros inimigos da Amazônia”, que dentre eles estão Organizações Internacionais, empresas multinacionais, governos estrangeiros e Ongs, e assim constrói-se um verdadeiro fantasma da internacionalização, cuja meta sempre é eleger atores ou organizações sociais e políticas, esvaziando o conteúdo e o contexto do debate de proteção da floresta, em que se criam por fim teorias conspiratórias e questionamentos sobre a legitimidade da presença de tais sujeitos, acusados pelos ruralistas e militares como neocolonialismo verde, máfia verde, ocupação silenciosa, germe da secessão e soberania ameaçada (DAS CHAGAS, 2017). No entanto, é importante tomar cuidado com esse tipo de discurso, pois percebe-se assim que o Estado somente critica a internacionalização quando a mesma vai em contramão aos seus interesses. Dessa forma, ao nomearem ambientalistas, defensores dos direitos humanos e indígenas como alvo de suas preocupações, deslocam o foco

da crítica aos interesses transnacionais realmente atuantes na exploração da Amazônia, que são as indústrias madeireiras, o agronegócio, as mineradoras e as indústrias farmacêuticas (DAS CHAGAS, 2017).

No fim, ficam evidentes os desdobramentos dos discursos contrários a internacionalização da Amazônia e seus significados à medida que são analisados a partir de um contexto sócio-histórico. A partir deste esboço, é possível observar com as análises uma tentativa de deslegitimar os atores favoráveis a internacionalização da Amazônia como Inimigos da Nação e do desenvolvimento, imperialistas, terroristas, etc. Além disso, é possível notar que tais discursos também não são isolados, uma vez que representam um pensamento compartilhado por diversas pessoas ao longo da história e que podem assim ser interpretados por uma análise pós colonial, que demonstra como um passado de dominação e subjugamento ainda influencia no pensamento brasileiro e Sul-Americano.

6. CONCLUSÃO

Diante da relevância da temática ambiental e dos discursos a ela relacionados, esse trabalho pretendeu agregar conhecimento a este tema a partir de uma análise interdisciplinar, explorando as áreas das Relações Internacionais, da análise do discurso e da Comunicação. Para isso, elencou-se como objeto de pesquisa um tema bastante controverso nos últimos tempos, a internacionalização da Amazônia, em que foram analisados tanto os seus discursos a favor ao projeto como os contrários.

A primeira parte foi exposta uma breve revisão sobre a Análise do Discurso e seus principais conceitos, sobre os quais esta pesquisa se desenvolveu. Foi visto que a linguagem e a comunicação não são compostas por palavras ingênuas, mas que por trás dos símbolos existem ideologias e preconceitos, estes que podem ser analisados a partir de um contexto sócio histórico. O capítulo ainda trabalhou a Análise do Discurso como um sistema envolve a reflexão acerca das condições de produção dos textos analisados, as quais o situam em um contexto histórico-ideológico mais amplo, buscando assim desvendar os mecanismos de dominação que se escondem sob a linguagem dentro de uma sociedade.

A segunda parte, por sua vez, foram repassados os principais temas e ideias trabalhados pela teoria pós colonial das Relações Internacionais, esta que é uma teoria que problematiza a forma de construção do conhecimento em RI pautado no pensamento ocidental. Dessa forma, são trabalhadas as relações de poder entre o colonizador e o colonizado, assim como a construção da ideia de raça como estratégia de subordinação e hierarquização entre os povos de Fanon. Além disso, foram analisados os temas de Colonialidade e a herança do imperialismo Europeu no século XXI, assim como a forma que os subalternos são representados pelo ocidente. No fim, foi visto como proposta de descolonização a desobediência epistêmica e a substituição pelo conhecimento ocidental pelo dos povos subjugados.

Por fim, a terceira e última parte apresenta os discursos analisados, da mesma forma que os interpreta com base na análise do discurso e da teoria pós Colonial das RI. Assim, a pesquisa demonstrou a partir da análise interdiscursiva como a ideologia se impõe na disputa em se mostrar quem está certo. Dentre as conclusões obtidas, é possível perceber, primeiro em relação aos atores ocidentais, que estes veem a Amazônia como uma região bárbara que deve ser civilizada, da mesma forma em que veem unicamente como uma floresta incomparável que deve ser preservada a todo custo, devendo assim ser considerada um bem comum da humanidade e internacionalizada por conta da incapacidade dos países detentores de preservá-

la. Por outro lado, é possível concluir, agora com relação aos atores brasileiros, que o país utiliza a tese da internacionalização para desviar a atenção de problemas ambientais, da mesma forma que se apoia no direito a soberania e na história para defender seu direito sobre o território e denunciar a incapacidade dos países ocidentais de preservá-la. Por último, os atores brasileiros acreditam que a Amazônia deve ser explorada e utilizada para o desenvolvimento do país.

Tendo em vista isso, é possível concluir que, mesmo em perspectivas diferentes, tanto a visão ocidental como a brasileira veem o espaço amazônico como um território a ser vazio e primitivo, assim como uma região a ser civilizado e contribuir com o desenvolvimento do planeta, seja ambiental ou economicamente, da mesma forma que, desde sempre, um espaço sem identidade própria sobre o qual, portanto, determinam-se objetivos e direcionamentos. Dessa forma, portanto, rejeita-se a hipótese de que a visão que os atores brasileiros têm da Amazônia é diferente da visão dos atores ocidentais. A partir disso, nota-se que as diferentes experiências e contextos histórico-sociais não foram maiores do que as forças analisadas com a teoria pós colonial das Relações Internacionais e, no fim, conclui-se que a herança colonial e a colonialidade continuam a exercer grande influência tanto no pensamento ocidental quanto o brasileiro até os dias de hoje.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Althusser, Louis. "Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado." Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. 1974. 120-120.

AMAZÔNIA legal. Legislação sobre a criação da Amazônia Legal. Sudam. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/desmatamento-na-amazonia-em-2021-e-o-maior-dos-ultimos-10-anos/>>

Amazonia Protege. "Por quê?" 2022. Disponível em <<http://amazoniaprotege.mpf.mp.br/o-projeto/por-que>>

Cappelle, Mônica Carvalho Alves, Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo, and Carlos Alberto Gonçalves. "Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais." Organizações rurais & agroindustriais 5.1 (2003).

Charge: "A Torta Chinesa". Disponível em <https://incrivelhistoria.com.br/imperialismo-seculo-xix/>

CNN. "Desmatamento na Amazônia em 2021 é o maior dos últimos 10 anos". 2022. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/desmatamento-na-amazonia-em-2021-e-o-maior-dos-ultimos-10-anos>>.

Da Silva, Caíque Tomaz Leite, and Guilherme Lélis Picinini. "Paz de Vestefália & soberania absoluta." Revista do Direito Público 10.1 (2015): 127-150.

das Chagas, Afonso Maria, Pedro Abib Hecktheuer, and Fabio Rycheki Hecktheuer. "O discurso da internacionalização da Amazônia: do imaginário das narrativas à racionalidade instrumental dos projetos." Novos Estudos Jurídicos 22.3 (2017): 849-876.

de Andrade Júnior, Hermes. "Segurança e proteção da Amazônia em tempos de crise e escassez: um estudo de caso." Revista de Direito da Cidade 10.3 (2018): 1380-1421.

de Meira Mattos, Carlos. "A tese da internacionalização da Amazônia." Revista da Escola Superior de Guerra 21.45 (2006): 9-15

DE OLIVEIRA NETO, Barnabé Lucas. PÓS-COLONIALISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS Autores e infomación del artículo. 2017.

de Oliveira, Pedro Henrique Silva. "O pós-colonialismo nas relações internacionais: uma proposta para repensar teoria, estrutura e racionalidade no Sistema Internacional." *Revista Liberato* 18.30 (2017): 163-176.

Dicio. "Internacionalização. 2022. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/internacionalizacao/>>

ELÍBIO, Antônio; ALMEIDA, Carolina. 1. Epistemologias do Sul: Pós-colonialismos e os estudos das Relações Internacionais. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 14, 2013.

FANON, F. *Peles negras, máscaras brancas*. 2ª ed. New York: Grove, 1994.

Floresta Amazônica. – Fonte: G1. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/dia-da-amazonia-reflete-importancia-da-floresta-para-o-planeta.ghtml>

FREITAS, Marcílio; SILVA, Marilene Corrêa da. *Estudos da Amazônia contemporânea: dimensões da globalização*. Manaus: Universidade do Amazonas, 2000

Gonçalves, Patrícia Bersan Pinheiro de Paiva. "Internacionalização da Amazônia?." (2001).

HOFFMAN, S. "An American Social Science: international relations". In: DER DERIAN, J. (org). *International Theory: critical investigations*. Londres: Macmillan, 2005.

IBF. "Bioma Amazônico". 2021. Disponível em <<https://www.ibflorestas.org.br/bioma-amazonico>>

JATOBÁ, D. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013.

Lima, Leandro Almeida. *Impasses do MERCOSUL na imprensa: discursos editoriais e a política externa brasileira para a Venezuela no bloco*. Diss. Universidade de São Paulo.

Maia, Bruna Soraia Ribeiro, and Vico Denis Sousa De Melo. "A colonialidade do poder e suas subjetividades." *Teoria e Cultura* 15.2 (2020).

MAINGUENAU, D. ANÁLISE DE DISCURSO: A QUESTÃO DOS FUNDAMENTOS. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 19, p. 65–74, 2012. DOI:

Medeiros, Rodrigo Augusto Lima de. "Decodificando a internacionalização da Amazônia em narrativas e práticas institucionais: governos da natureza no Brasil e nos EUA." (2012).

MELLO, Celso de Albuquerque. A soberania através da história. In: MELLO, Celso de Albuquerque. (Coord.) Anuário de direito e globalização 1: a soberania. Rio de Janeiro: Renovar, 1999

Mignolo, Walter. "Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política." Cadernos de Letras da UFF–Dossiê: Literatura, língua e identidade 34 (2008): 287-324.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 269 p

MORIN, Edgar. Possibilidades de análise do discurso nos estudos organizacionais: a perspectiva da interpretação social dos discursos. 2005.

Mussalim, Fernanda. "Análise do discurso." Introdução à linguística: domínios e fronteiras 2.2 (2001): 101-142.

Nunes, Paulo Henrique Faria. "Internacionalização da Amazônia: agentes e perspectivas." Textos e Debates 1.27 (2015).

Oeco. "O que é o bioma Amazônia". 2014. Disponível em <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28611-o-que-e-o-bioma-amazonia/>>

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

Pecequillo, Cristina Soreanu. Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões. Editora Vozes Limitada, 2017.

Picq, Manuela. "Rethinking IR from the Amazon." Revista Brasileira de Política Internacional 59.2 (2016).

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

RIBEIRO, Isabela Menin, and Daniela Menengoti Gonçalves RIBEIRO. "VOLUÇÃO DO CONCEITO DE SOBERANIA E A RUPTURA DO PARADIGMA: O CASO DA UNIÃO EUROPEIA." (2017).

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. Editora Companhia das Letras, 2007.

SETH, S. Post-colonial theory and international relations: a critical introduction. Abingdon-on-Thames: Routledge, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. □ Can the Subaltern Speak?. In: Colonial discourse and post-colonial theory. Routledge, 2015. p. 66-111.

TIRINHA “Pagando o pato”. Disponível em https://estudenoifma.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/65/2022/08/Prova2012_INTEGRADA.pdf

VAZ, Alcides Costa. "CONTRA DISCURSO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA." GARAY Vera, Cristián. 2018.

Vilela, Hélder Borges. Soberania fiscal na União Europeia: os estados e o mercado interno. Diss. 00500:: Universidade de Coimbra, 2016.

WWF. “Por que a Amazônia é importante?”. 2022. Disponível em <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/bioma_amazonia/porque_amazonia_e_importante/>

ZHOURI, Andréa. O fantasma da Internacionalização da Amazônia revisitado – ambientalismo, direitos humanos e indígenas na perspectiva de militares e políticos brasileiros. 2002, p. 5

8. ANEXO

Os DISCURSOS COLETADOS E ANALISADOS

Ator	Data	Fonte
Rodrigo Octávio	1968	https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/as-raizes-da-teoria-da-conspiracao-militar-em-torno-da-amazonia-23915550
Conselho Mundial de Igrejas Cristãs	1981	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0206200406.htm
George Bush	1989	https://www.editorajc.com.br/soberania-e-ecologia/
Al Gore	1989	https://www.gazetadopovo.com.br/republica/internacionalizacao-da-amazonia-mitos-e-verdades/)
Robert Kasten	1989	http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_povos_jose_heder_benatti.pdf
Robert Kasten	1989	https://super.abril.com.br/ideias/os-gringos-querem-a-amazonia/
Grupo dos Cem	1989	https://www.coladaweb.com/geografia-do-brasil/a-internacionalizacao-da-amazonia
Congresso de Ambientalistas Alemães	1990	https://www.coladaweb.com/geografia-do-brasil/a-internacionalizacao-da-amazonia
François Mitterand	1992	https://www.conjur.com.br/2002-set-01/internacionalizacao_amazonia_soberania_brasileira?pagina=4
Mikhail Gorbachev	1992	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0206200406.htm

John Major	1992	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0206200406.htm
Warren Cristopher	1995	https://www.coladaweb.com/geografia-do-brasil/a-internacionalizacao-da-amazonia
General Patrick Hughes	1998	https://domtotal.com/noticia/1391789/2019/10/amazonia-a-ideologia-da-internacionalizacao-nunca-morre/
Mozarildo Cavalcanti	1999	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1999/11/12/mozarildo-protesta-contrainternacionalizacao-da-amazonia /// https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/367273
Fernando Henrique Cardoso	2000	https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u1566.shtml
Cristovam Buarque	2000	http://zamorim.com/textos/amazonia.html
Monica Frassoni	2005	http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_povos_jose_heder_benatti.pdf
Pascal Lamy	2005	https://domtotal.com/noticia/1391789/2019/10/amazonia-a-ideologia-da-internacionalizacao-nunca-morre/
Celso Amorim	2005	https://ecossocioambiental.org.br/2019/10/03/amazonia-a-ideologia-da-internacionalizacao-nunca-morre/
David Milliband	2006	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe0810200602.htm
Lula 3	2007	https://www.gazetadopovo.com.br/republica/internacionalizacao-da-amazonia-mitos-e-verdades/

Arthur Vigilio	2007	https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/367273
Lula 1	2008	http://g1.globo.com/bomdiabrasil/0,,MUL807257-16020,00-O+DONO+DA+AMAZONIA+E+O+POVO+BRASIL+EIRO+REAGE+PRESIDENTE+LULA.html
Lula 2	2008	https://direito-do-estado.jusbrasil.com.br/noticias/47183/ninguem-quer-que-a-nasa-seja-internacionalizada-diz-lula-sobre-a-amazonia
Carlos Minc	2008	https://istoe.com.br/4261_AMAZONIA+A+SOBERANIA+ESTA+EM+XEQUE/
Emmanuel Macron	2019	https://veja.abril.com.br/mundo/status-internacional-da-amazonia-e-tema-que-permanece-aberto-diz-macron/
Jair Bolsonaro 1	2019	https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/09/24/interna_politica,784734/onu-bolsonaro-defende-amazonia-alfineta-macron-critica-cuba-venezuela.shtml
Jair Bolsonaro 2	2019	https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/bolsonaro-diz-que-ongs-podem-estar-por-tras-de-queimadas-na-amazonia-para-chamar-atencao-contr-o-governo.ghtml
Jair Bolsonaro 5	2019	https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-alerta-paises-vizinhos-de-internacionalizacao-da-amazonia
Jair Bolsonaro 7	2019	https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/as-raizes-da-teoria-da-conspiracao-militar-em-torno-da-amazonia-23915550

Papa Francisco	2019	https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51476200
Hamilton Mourão 1	2019	https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-plano-de-bolsonaro-para-colonizar-a-amazonia/
Hamilton Mourão 2	2019	https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/as-raizes-da-teoria-da-conspiracao-militar-em-torno-da-amazonia-23915550
Fernando Collor	2019	https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/04/internacionalizacao-da-amazonia-e-descabida-afirma-collor
Onyx Lorenzoni	2019	https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/ningu%C3%A9m-vai-botar-a-m%C3%A3o-aqui-exclama-onyx-sobre-amaz%C3%B4nia-1.360788
Ernesto Araújo	2019	https://veja.abril.com.br/brasil/general-villas-boas-ve-ameaca-militar-em-falas-de-macron-sobre-amazonia/
Eduardo Villas Bôas	2019	https://veja.abril.com.br/brasil/general-villas-boas-ve-ameaca-militar-em-falas-de-macron-sobre-amazonia/
Augusto Heleno 1	2019	https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/as-raizes-da-teoria-da-conspiracao-militar-em-torno-da-amazonia-23915550
Augusto Heleno 2	2019	https://www.gazetadopovo.com.br/republica/internacionalizacao-da-amazonia-mitos-e-verdades/
Santos Cruz	2019	https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/as-raizes-da-teoria-da-conspiracao-militar-em-torno-da-amazonia-23915550

Edson Leal Pujol	2019	https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/as-raizes-da-teoria-da-conspiracao-militar-em-torno-da-amazonia-23915550
Joe Biden	2020	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0206200406.htm
Jair Bolsonaro 3	2020	https://www.dw.com/pt-br/na-onu-bolsonaro-ataca-ons-e-critica-cobi%C3%A7a-estrangeira-pela-amaz%C3%B4nia/a-55113089
Jair Bolsonaro 4	2020	https://www.dw.com/pt-br/na-onu-bolsonaro-ataca-ons-e-critica-cobi%C3%A7a-estrangeira-pela-amaz%C3%B4nia/a-55113089
Jair Bolsonaro 6	2020	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54364961
Franck Riester	2021	https://www.defesaareanaval.com.br/politica-internacional/governo-da-franca-amazonia-nao-e-so-dos-brasileiros